

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

ANDRÉIA JORDÂNIA MARTINS SOARES

JUSCELINO KUBITSCHEK E SALOMÃO:
A FORÇA DE UMA IDEOLOGIA

São Leopoldo

2011

ANDRÉIA JORDÂNIA MARTINS SOARES

JUSCELINO KUBITSCHEK E SALOMÃO:

A FORÇA DE UMA IDEOLOGIA

Trabalho Final de
Mestrado Profissional Para
obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação
Linha de pesquisa: Leitura e
Ensino da Bíblia

Orientador: Nelson Kilpp

São Leopoldo

2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S676j Soares, Andréia Jordânia Martins

Juscelino Kubitschek e Salomão: a força de uma ideologia / Andréia Jordânia Martins Soares ; orientador Nelson Kilpp. – São Leopoldo : EST/PPG, 2011.

63 f.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Teologia. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2011.

1. Brasília (DF) – História. 2. Brasil – Capital – Transferência. 3. Templo de Jerusalém (Jerusalém). 4. Trabalho forçado. 5. Kubitschek, Juscelino, 1902–1976. 6. Salomão, Rei de Israel. I. Kilpp, Nelson. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

ANDRÉIA JORDÂNIA MARTINS SOARES

JUSCELINO KUBITSCHEK E SALOMÃO:

A FORÇA DE UMA IDEOLOGIA

Trabalho Final de
Mestrado Profissional Para
obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação
Linha de pesquisa: Leitura e
Ensino da Bíblia

Data:

Nelson Kilpp - Doutor em Teologia - Escola Superior de Teologia

Carlos Arthur Dreher - Doutor em Teologia - Escola Superior de Teologia

PERGUNTAS DE UM TRABALHADOR QUE LÊ

Quem construiu a Tebas de sete portas?

Nos livros estão nomes de reis.

Arrastaram eles os blocos de pedra?

E a Babilônia, várias vezes destruída,

Quem a reconstruiu tantas vezes?

Em que casas da Lima dourada moravam os construtores?

Para onde foram os pedreiros, na noite em que a Muralha da China ficou pronta?

A grande Roma está cheia de arcos do triunfo.

Quem os ergueu?

Sobre quem triunfaram os Césares?

A decantada Bizâncio tinha somente palácios para os seus habitantes?

Mesmo na lendária Atlântida, os que se afogavam gritaram por seus escravos na noite em que o mar a tragou.

O jovem Alexandre conquistou a Índia.

Sozinho?

César bateu os gauleses.

Não levava sequer um cozinheiro?

Filipe da Espanha chorou, quando sua Armada naufragou.

Ninguém mais chorou?

Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.

Quem venceu além dele?

Cada página uma vitória.

Quem cozinhava o banquete?

A cada dez anos um grande Homem.

Quem pagava a conta?

Tantas histórias.

Tantas questões.¹

¹ BRECHT, Bertolt. *Perguntas de um trabalhador que lê*. Disponível em: <<http://literaturaemcontagotas.wordpress.com/2010/03/06/perguntas-de-um-trabalhador-que-le/>>. Acesso em: 15 maio 2011.

RESUMO

Brasília, a capital do Brasil, localizada na região Centro-Oeste, nas terras vermelhas do cerrado goiano, destaca-se das demais capitais por seu complexo de belos monumentos, símbolo da arquitetura moderna, de reconhecimento internacional. O primeiro capítulo analisa a ideia da transferência da capital desde o Brasil Colonial até o advento da República. Abordam-se aspectos constitucionais que ampararam a transferência, bem como toda a articulação governamental para justificar a construção da capital, o mais rápido possível no interior do Planalto Central. Brasília, como a metassíntese do Programa de Metas do governo JK desencadeará reações favoráveis e contrárias à sua construção. Torna-se símbolo e a obra mais importante da política nacional-desenvolvimentista. Sua construção é um grande desafio imposto por JK à nação brasileira. O segundo capítulo volta-se para a política de construção salomônica, no qual se relatam a luta inescrupulosa pelo poder e as muitas maquinações do grupo de Salomão para alcançar o trono, usurpando o lugar do legítimo herdeiro. Destacam-se as inúmeras obras arquitetônicas de Salomão que surgem como pano de fundo para desencadear toda uma política de opressão e dominação sobre o povo de Israel e povos estrangeiros. Dá-se ênfase à construção do templo, a mais importante obra do reinado de Salomão que funcionará como um forte motivo religioso para sustentar todo o poderio do monarca, assim como todo o seu aparato estatal. A partir da construção do templo, restabelece-se a relação contratual entre rei e povo, garantindo a Salomão o direito ao tributo. As diversas construções requerem a providência de extensa mão de obra. Salomão recorre à corveia: trabalho forçado para o Estado, que recruta milhares de trabalhadores para atuar à frente das construções. A corveia representou uma enorme exploração do trabalho humano, notadamente para as tribos do Norte e para os povos estrangeiros. O terceiro e último capítulo discorre sobre a situação dos trabalhadores à época da construção de Brasília. Analisa o processo de construção ideológica sobre a mudança e a construção da capital e como essa ideologia – a nacional-desenvolvimentista – propaga-se a ponto de convencer e arregimentar milhares de trabalhadores rurais para os canteiros de obras. Analisa ainda as precárias condições de trabalho e os bastidores da construção, que denunciam a profunda espoliação a que estavam submetidos os candangos à época da construção, inclusive submetidos ao trabalho forçado. Para finalizar, estabelece-se um paralelo entre as práticas da monarquia davídica e a política de Juscelino Kubitschek.

Palavras-chave: Construção de Brasília. Juscelino Kubitschek. Trabalho. Salomão. Opressão.

ABSTRACT

Brasília, the capital of Brazil, is located in the Midwest of the country, within the red lands of the 'Cerrado' (savannah) of Goiás, and outstands other capitals because of its beautiful monuments, symbols of modern architecture, as recognized on international level. The first chapter analyses the process of moving the capital since the Colonial period of Brazil up to the Republic. It deals with the constitutional aspects which supported the capital transference, as well as all governmental articulation in order to justify the building of a new capital, as fast as possible, on the Central Plateau. The building of Brasília, as a meta-synthesis of Kubitschek's (JK) Governance Program, will get supportive as well as contrary reactions. It became a symbol and the most important work of the national development policy. Its construction was a big challenge imposed by JK onto Brazil. The second chapter focuses on Solomon's construction policy, where we can find many elements of unscrupulous struggle for domination, many intrigues and manipulations made by Solomon's group in order to take the throne, usurping the legitimate heir. It stresses the architectonic works ordered by Solomon which form the background of a policy of oppression and domination over Israel and foreign nations. It emphasizes the construction of the Temple, the most important work of the Solomon's Kingdom, which constitutes a strong religious motive in support of the power of the monarch and the whole state apparatus. With the building of the Temple the contractual relationship between the king and the people was reestablished, which gave Solomon the right to charge tribute. The several constructions required an extensive hand labor. Solomon imposes the corvée labor and recruits thousands of workers for his construction projects. The corvée was an enormous exploitation of human labor, imposed especially on the tribes of the North and on foreigners. The third and last chapter speaks about the situation of the workers at the time of Brasília's construction. It analyses the ideological process behind the transference and the construction of a new capital and how this ideology of national development was spread in so powerful a way that it convinced and gathered thousands of rural workers to the construction place. It analyses also the precarious labor conditions and the backstage reality which confirm the deep spoliation lived by the "candangos" (the first workers to build Brasília). At the end, this research establishes a parallel between the Davidic Monarchy and the Juscelino Kubitschek government.

Keywords: Construction of Brasilia. Juscelino Kubitschek. Labor. Solomon. Oppression.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 7 |
| 1 CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA..... | 9 |
| 1.1 Um grande empreendimento | 10 |
| 1.2 Motivos para a interiorização | 13 |
| 1.3 Data da mudança da Capital..... | 17 |
| 1.4 Cinquenta anos em cinco..... | 18 |
| 1.5 A viabilidade de um modelo | 24 |
| 1.6 <i>Creatio ex nihilo</i> : criação do nada..... | 26 |
| 2 A POLÍTICA DE CONSTRUÇÃO SALOMÔNICA | 32 |
| 2.1 A luta pelo poder..... | 32 |
| 2.2 As atividades arquitetônicas de Salomão | 35 |
| 2.3 Interesses da política de construção..... | 36 |
| 2.4 O trabalho forçado | 39 |
| 3 OS TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA | 43 |
| 3.1 A força de uma ideologia | 43 |
| 3.2 Os bastidores da construção | 45 |
| 3.3 Brasília e Jerusalém: uma comparação | 52 |
| CONCLUSÃO..... | 61 |
| REFERÊNCIAS..... | 62 |

INTRODUÇÃO

Salomão e Juscelino Kubitschek (JK) entraram para a história oficial como grandes personalidades, realizadoras de inúmeros feitos que muito contribuíram para o progresso de seus povos.

Na história do Brasil, diversas obras referem-se a Juscelino Kubitschek como “O construtor de Brasília”, “O Empreendedor”, “O Brasileiro do Século XX”,² alimentando a seu respeito a ideia do mito fundador.

De modo similar, na história de Israel, Salomão torna-se conhecido nacional e internacionalmente por sua intensa política construtora, bem como por sua riqueza e infinita sabedoria.

Entretanto, o que não foi dito é que por trás da política construtora de JK e de Salomão houve muita opressão e dominação. Milhares de trabalhadores à frente da construção de Brasília e à frente das construções salomônicas foram explorados e submetidos a intensas jornadas de trabalho.

Por meio de uma pesquisa bibliográfica, o presente trabalho analisa o período da construção de Brasília, notadamente no que se refere aos bastidores da construção, e estabelece paralelo entre as práticas da monarquia davídica e a política de Juscelino Kubitschek.

Desta forma, no primeiro capítulo faz-se uma investigação em torno da ideia da transferência e construção da nova capital federal, desde o Brasil Colonial até o advento da República.

Ainda no primeiro capítulo, aborda-se o Programa de Metas de JK, que transforma a construção de Brasília na metassíntese do governo. A partir da ideologia nacional-desenvolvimentista, legitima-se a política de construção opressora de Juscelino Kubitschek.

Com o slogan *Cinqüenta anos em cinco*, Juscelino arregimenta milhares de homens que, iludidos se comprometem com essa empreitada desumana.

² NONATO, Alexandre Ferreira. *JK e os bastidores da construção de Brasília: sob a ótica da conscienciologia*. Foz do Iguaçu: Associação Internacional Editares, 2010. p. 196.

No segundo capítulo, descreve-se a política de construção realizada por Salomão com todos os seus desdobramentos: ideologia, dominação, opressão e imposição da corveia.

Durante seu reinado, Salomão utiliza a religião ideológica para legitimar as crueldades estendidas ao povo de Israel e aos povos estrangeiros.

Ainda no segundo capítulo, verifica-se que a partir da construção do templo intensifica-se o tributo da corveia, que é utilizada nas inúmeras outras obras salomônicas, gerando miséria, opressão e sofrimento.

Para o terceiro capítulo, propõe-se uma análise dos bastidores da construção de Brasília, a epopeia da construção sobre a qual tanto se falou, mas tão pouco se conhece.

O terceiro capítulo aponta, assim, para um lado da história de Brasília que “propositadamente apagou-se pelos narradores de sua história oficial”.³ O que se lê relativo à construção são relatos sobre a grandiosidade dos monumentos arquitetônicos, a opulência, a grandeza e riqueza da nova capital do Brasil.

No entanto, nos relatos acerca da construção, oculta-se, mas não da memória de alguns candangos, toda uma situação de pobreza, espoliação e segregação social à qual foram submetidos os verdadeiros construtores da cidade.

³ SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. *Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política*. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 13.

1 CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA

Ao longo de quase dois séculos, cogitou-se a ideia da transferência da capital do Brasil para o interior central do território nacional. Em 1763, transfere-se a sede do governo colonial, Salvador, para o Rio de Janeiro e ainda durante essa transferência falava-se na necessidade da interiorização.

Um dos movimentos de rebeldia, dentre outros, que pesou sobre Portugal foi o da Inconfidência Mineira. Assim, em 1789, os chamados heróis da Inconfidência vislumbravam a necessidade de se estabelecer o futuro governo independente em uma província no interior. Os inconfidentes pretendiam transferir a capital da colônia do Rio de Janeiro para São João Del Rei. Tentativa essa fadada ao fracasso.

Em março de 1821, a ideia novamente veio à tona por meio do patriarca José Bonifácio de Andrada e Silva. Nessa época, atribui-se a ele a autoria das *Lembranças e Apontamentos*, documento que teve como objetivo “orientar a ação dos deputados brasileiros às Cortes, onde, entre outros pontos, se sugere a fundação de ‘uma cidade central no interior do Brasil’, com o objetivo de desenvolver o povoamento”.⁴ “José Bonifácio sugere a construção da nova capital na Comarca de Paracatu, Minas. [...] Essa Capital poderá chamar-se Petrópole ou Brasília.”⁵

Depois da independência, o desejo da mudança da futura capital federal também ecoou como tema na Confederação do Equador em 1824. Essa revolução de conteúdo nacionalista, o que equivale a dizer antilusitano, também sinalizava uma nova sede para a capital federal.

Em 1889, ocorreu a proclamação da República e, logo em seguida, no ano de 1890, o deputado Lauro Müller, eleito pelo Estado do Paraná, apresentou emenda visando à adoção de medidas para a mudança da capital. O resultado dessa emenda foi o texto redigido pelo artigo terceiro da Constituição de 1891, que estabeleceu a mudança da nova capital da República. Para acelerar o andamento, criou-se então uma Comissão Exploradora do Planalto Central responsável pelo estudo e demarcação do quadrilátero onde se construiria a nova capital. Dessa

⁴ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2009. p. 133.

⁵ COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 32.

forma, pertenceria à União no Planalto Central uma zona de 14.400 quilômetros quadrados para nele ser erguida a nova cidade.

O tema da transferência da capital foi matéria constitucional das Constituições de 1934 e 1946 respectivamente, Art. 4º do Ato das Disposições Transitórias. Em novembro de 1946, constituiu-se uma Comissão de Planejamento, Construção e Mudança da Capital.

Uma década depois, em setembro de 1956, o Decreto n. 40.017 constituiu a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) para planejar e executar o serviço de localização, urbanização e construção da futura capital.

A essa altura, o projeto mudancista ganha contornos mais definidos. O governo abandonará sua sede litorânea e passará a habitar as terras do interior central do país.

1.1 Um grande empreendimento

No projeto original do Programa de Metas implantado pelo governo de Juscelino Kubitschek não constava o que viria a ser o maior símbolo de seu governo: a cidade-capital Brasília.

Em abril de 1955, durante a campanha eleitoral, Juscelino Kubitschek realizava um comício na cidade goiana de Jataí. O então candidato à presidência da República foi indagado por um dos presentes se, caso eleito, ele cumpriria com a Constituição e transferiria o Distrito Federal para o interior central do país.

Juscelino Kubitschek, político entusiasmado, otimista e perspicaz que era, percebeu de imediato que um projeto de tal importância refletiria na população o objetivo de seu Programa de Metas.

Apesar de toda a incredulidade da maioria dos presentes, tratou logo de responder, comprometendo-se com a efetiva mudança e construção de uma nova capital. Nas palavras de Juscelino Kubitschek:

Não hesitei um segundo e respondi com firmeza: Acabo de prometer que cumprirei na íntegra a Constituição, e não vejo razão para ignorar esse

dispositivo. Durante o meu quinquênio, farei a mudança da sede do governo e construirei a nova capital.⁶

Dessa forma, a partir de uma pergunta de um goiano, acrescentou-se ao Plano de Metas do Governo JK o trigésimo primeiro objetivo.

Juscelino Kubitschek de Oliveira é reconhecido nacional e internacionalmente como o primeiro presidente da República que arregaçou as mangas e tomou uma série de medidas concretas para cumprir o desejo expresso em três Constituições: o de construir uma nova sede no interior do Planalto Central. Relata-se que coube a Juscelino Kubitschek tirar Brasília do papel.

Em 19 de setembro de 1956, o Congresso Nacional sancionou uma lei autorizando formalmente o início do projeto de construção. Esse processo não foi de uma hora para outra. Realizaram-se diversas articulações e negociações até o Congresso sancionar a Lei.

A descrença que girava em torno da construção de Brasília era grande. Há três Constituições essa promessa havia sido feita, porém, nada de conclusivo acontecera.

Juscelino Kubitschek lidaria também com a problemática da falta de recursos financeiros e com as duras críticas dos partidos da oposição. A oposição não aprovava essa transferência por acreditar que tal empreendimento geraria um endividamento desnecessário, contraindo empréstimos de capital estrangeiro e desagradaria ao funcionalismo público instalado no litoral do Rio de Janeiro, além de trazer prejuízos para a maioria da população menos favorecida. “[...] Os dois extremos das frações políticas da época foram críticos ferrenhos, o direitista Carlos Lacerda e o comunista Luís Carlos Prestes”.⁷

Por outro lado, Juscelino Kubitschek e seus apoiadores declararam a importância desse projeto mudancista e lançaram vários argumentos favoráveis.

Assim como boa parte de órgãos da imprensa criticava e até debochava das promessas de Juscelino Kubitschek, havia também a parte a seu favor. A parcela da imprensa de ideias afins às do presidente da República representava-se, dentre outras, na pessoa do senador goiano Jerônimo Coimbra Bueno.

⁶ KUBITSCHKEK, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, 2000. p. 367.

⁷ MENDONÇA, Nadir Domingues. *21 de abril de 1960: nasce Brasília, a nova capital do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Lazuli, 2007. p. 27.

Semanalmente o senador mantinha a revista *Singra* e o *Jornal de Brasília*, difundindo a necessidade e as inúmeras vantagens da nova capital. Essa medida a favor de Juscelino Kubitschek, ou melhor dizendo, a favor de Brasília, também ocorreu na tribuna do Senado.

O apoio de aliados influentes no Congresso Nacional foi essencial para expandir um sentimento nacionalista exacerbado, estimulando a população a sonhar com essa nova cidade que uniria e integraria mais o povo brasileiro.

Novamente o Estado de Goiás sai como um dos grandes colaboradores, sempre disposto a apoiar o projeto governista. De imediato, depois de sancionada a lei pelo Congresso Nacional, o governador de Goiás José Juca Ludovico manda desapropriar as terras destinadas à futura capital. O governo de Goiás acelerou o processo e também financiou as despesas de demarcação.

O presidente Juscelino Kubitschek, em declarações à imprensa, reafirma sua promessa de candidato, a de construir Brasília no Planalto Central em tempo recorde, por ter-se convencido de que a nova capital federal é uma necessidade para a nação brasileira.

Nas palavras de Luiz Alberto de Campos Gouvêa, “desde o sonho dos inconfidentes até Juscelino Kubitschek, sempre ocorreram intenções de três ordens: econômicas, geopolíticas e ideológicas, que tinham maior ou menor ênfase dependendo do momento político”.⁸

Da parte governista, havia um interesse muito grande em construir Brasília. Mais uma vez, JK se reafirmaria como um político realizador, pois as várias obras realizadas em sua gestão à frente da prefeitura de Belo Horizonte e à frente do governo de Minas Gerais haviam lhe proporcionado uma expressiva notoriedade e visibilidade.

Nota-se que a intenção de JK desde a campanha eleitoral para presidente era expandir mais essa ideia do desenvolvimento, progresso, máquinas a todo vapor. Para tal empreendimento político, a construção de Brasília veio a calhar.

⁸ GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. *Brasília: a capital da segregação e do controle social*. São Paulo: Annablume, 1995. p. 78.

1.2 Motivos para a interiorização

No decorrer da história, apresentaram-se diversos argumentos para transferir a capital do litoral ao interior.

Frederico de Holanda classificou “os primeiros discursos, sobre os quais se embasava a ideia da nova capital, em três tipos de argumentação: econômica, política e social”.⁹

No Brasil Colonial, os frequentes ataques à capital Salvador aumentavam a preocupação do governo quanto à questão da segurança.

Salvador, a primeira capital brasileira, localizada à beira-mar, sofreu várias invasões por parte dos franceses, holandeses e ingleses. Com o Rio de Janeiro, a segunda capital, não foi diferente.

Por esses e outros motivos, intensificaram-se já no Brasil Colonial as articulações em defesa da interiorização da capital. Durante o Império, defendia-se veementemente a necessidade de se fixar a sede do governo distante do alcance do poder de fogo dos canhões das grandes potências marítimas.

A preocupação em distanciar a capital federal das áreas litorâneas; com medo de invasões estrangeiras foi, durante muito tempo, utilizada para justificar a interiorização da capital. No entanto, convém chamar a atenção para outro aspecto em relação à questão da segurança. Luiz Alberto de Campos Gouvêa a denomina de ordem geopolítica, destacando a segurança da capital.

Conforme Gouvêa, “justificava-se que a interiorização daria à sede do governo melhores condições de defesa, tanto interna como externa”.¹⁰ O governo preocupava-se com a imensidão do território, por este ser quase inexplorado, oferecendo assim perigo à soberania nacional.

A justificativa política em relação à questão da segurança nacional defendia a ideia de que a sede do governo não deveria sofrer pressões de interesses locais e que o Rio de Janeiro, com seus inúmeros movimentos grevistas, protestos e manifestações não oferecia mais as condições ideais para sediar o governo federal,

⁹ HOLANDA, Frederico de. *O espaço de exceção*. Brasília: UnB, 2002. p. 32.

¹⁰ GOUVÊA, 1995, p. 79.

não oferecia mais a devida segurança. “O governo federal precisava da tranqüilidade de um lugar neutro para levar a cabo as tarefas da democracia representativa”.¹¹

Holanda conclui afirmando que “nunca ficou claro, nesse tipo de discurso, por que somente (ou pelo menos especialmente) a prática política precisa de tal tranqüilidade”.¹²

As questões de ordem ideológica também exerceram forte influência na decisão para a transferência da capital. A mudança da capital para o interior do país estava diretamente ligada à ideologia nacionalista que defendia os grandes projetos nacionais, sendo ainda de interesse de parte significativa dos militares e da burguesia.

Outro aspecto importante no desenrolar de todo o processo da transferência da capital é a questão demográfica. Essa pode ser compreendida como justificativa geopolítica, porém, com fortes conotações ideológicas, pois ao se deslocar a capital para a região Centro-Oeste, ao mesmo tempo em que dificultaria uma ação militar externa, uma invasão externa, permitiria ao Estado controle mais efetivo sobre a classe trabalhadora que, à época, no Rio de Janeiro, exercia forte pressão sobre o governo com constantes greves e manifestações.

O argumento demográfico foi de extrema importância para fortalecer e acelerar o processo da transferência. Torna-se estratégico e urgente para o governo deslocar-se do cenário de protestos o quanto antes possível.

Desse modo, governaria distante das intrigas e hostilidades políticas, além de desestabilizar, desmobilizar a atuação do proletariado crescente da cidade do Rio de Janeiro.

Quanto aos discursos referentes à categoria econômica, enfatizava-se a importância da chamada interiorização do processo de desenvolvimento, destacando-se o desenvolvimento econômico do Brasil Central. Conforme Gouvêa, discutia-se,

que a transferência da Capital administrativa para o centro do país propiciaria a criação de novas estradas, o que significaria interiorização do

¹¹ HOLANDA, 2002, p. 32-33.

¹² HOLANDA, 2002, p. 33.

desenvolvimento econômico e, naturalmente, o surgimento de novas fronteiras para a expansão do capital nacional e internacional.¹³

Em todo o seu mandato, o governo JK estabelece estreita parceria com o capital estrangeiro, estimulando sua expansão e realizando inúmeros empréstimos para financiar os 31 objetivos de seu Plano de Metas. Assim, Brasília funcionaria como ponta de lança da região mais desenvolvida economicamente.

Todo esse discurso mudancista, de transferir a capital para o interior, também significaria um rompimento com a economia colonial, que restringia a ocupação do país a uma faixa litorânea já esgotada em seu potencial.

A organização do espaço brasileiro, no período que vai da sua descoberta pelos portugueses ao da grande crise de 1930, apresenta-se com a mesma estrutura de seu passado colonial. No entanto, não se pode negar que com a crise de 1930 desencadeia-se uma ruptura na estrutura econômica do país.

A estrutura de poder, antes extremamente concentrada, reestrutura-se espacialmente provocando mudanças significativas na sociedade brasileira. Desse modo, passou a ocorrer uma integração nacional apoiada na estrutura econômica.

Porém, cabe ressaltar que essa ruptura deu-se de forma modesta, lenta. Apenas em 1956, ano em que Juscelino Kubitschek assumiu o poder, a ruptura manifestou-se com mais força.

O discurso mudancista da construção da capital no interior encaixava-se perfeitamente dentro dessa reestruturação espacial. Apresenta-se Brasília como o símbolo de uma virada histórica. Brasília, diferente do Rio de Janeiro, correspondia ao tão apregoado desenvolvimento nacional.

Nas palavras de Silveira, “a legitimação da capital combinava com a mitologia do Novo Mundo e associava a teoria do desenvolvimento, presente na atuação governamental daquele período, à construção da capital e à fundação de um novo Brasil”.¹⁴

Brasília foi concebida para servir como pólo de desenvolvimento regional e, ao mesmo tempo, exercer a monofunção político-administrativa.

¹³ GOUVÊA, 1995, p. 99.

¹⁴ PAVIANI, Aldo (Org.). *Brasília: gestão urbana: conflitos e cidadania*. Brasília: UnB, 1999, p.147.

Brasília foi pensada como solução. Os problemas estavam fora do território a ser construído. Sua posição central e sua localização, em área geoestrategicamente escolhida, eram uma bandeira da antiga classe dirigente do país, destinadas a resolver os históricos problemas nacionais e regionais de interiorização do desenvolvimento e de integração do território nacional por meio da expansão da fronteira econômica.¹⁵

Juscelino Kubitschek, como fiel cumpridor dos preceitos constitucionais, comprometeu-se, na hipótese de vir a ser eleito, a construir a nova capital no Planalto, conforme a Constituição determinava. Porém, era necessário mais do que uma promessa. Ou, melhor dizendo, o conteúdo dessa promessa deveria ser mais consistente. Não seria justo com os trabalhadores construir uma cidade tão depressa assim só para se cumprir um preceito constitucional. Havia a necessidade de um planejamento mais efetivo, de tomadas de decisões mais coletivas. A oposição inclusive alegava que o dinheiro gasto na fase inicial da construção daria para solucionar muitos dos problemas do Rio de Janeiro. Logo, não era, para a oposição, aceitável a construção.

Convém mencionar que havia e ainda há hoje vários preceitos constitucionais também importantes que ainda não foram cumpridos. Tão ou mais importantes que a construção de novas cidades.

Apesar das resistências, o governo JK consegue agregar forças aliadas e contrárias. A transferência da capital foi quase unânime na aceitação das camadas sociais dominantes.

Brasília torna-se, em 21 de abril de 1960, a nova capital interiorizada nas terras do Planalto Central, construída no coração do Brasil, no cerne da nacionalidade.

[...] O Presidente Juscelino Kubitschek disse que a nova Capital brasileira é a bandeira e luta contra o subdesenvolvimento e que a idéia de Brasília já se enraizou no espírito dos homens de boa vontade, dos que não têm outros interesses e outro alvo senão o de querer arrancar da improdutividade uma imensa extensão territorial brasileira, de conquistar o que tem sido nosso apenas no mapa.¹⁶

¹⁵ PAVIANI, 1999, p. 35.

¹⁶ VASCONCELOS, Adirson. *A epopéia da construção de Brasília*. Brasília: Senado Federal, 1988. p. 161.

1.3 Data da mudança da Capital

No segundo semestre de 1956, Emival Caiado, deputado da União Democrática Nacional (UDN) por Goiás, apresenta ao Congresso Nacional projeto referente à *Data da Mudança da Capital*. Tal projeto propõe que a data da mudança da capital seja o dia 21 de abril de 1960, data em que se inauguraria a futura metrópole.

Apesar de Emival Caiado pertencer a um partido que sistematicamente se opunha ao Governo de Juscelino Kubitschek, interesses maiores estavam por trás das articulações do deputado para liberar o mais rápido possível o projeto que havia sido engavetado quando da apreciação da Comissão de Justiça para aplicar o parecer.

Nessa Comissão de Justiça, um líder udenista pediu vista do processo e o engavetou, obstruiu propositalmente os planos de Juscelino Kubitschek para determinar a data da transferência.

O deputado Emival Caiado, membro da Bancada de Goiás, coloca-se acima das questões político-partidárias visando mais adiante à abertura de várias oportunidades para seu estado e empenha-se com afinco na liberação do projeto.

A mudança da capital do Brasil para o Planalto Central abriria portas como a do desenvolvimento econômico e social para o Estado de Goiás. O esforço do deputado Emival Caiado não visava somente ao bem da nação brasileira.

Com uma votação rápida e favorável ao projeto, ele uniria os interesses nacionais aos particulares. Todos ganhariam, tanto oposição quanto partidos aliados.

Diante disso, dirige-se a seu colega udenista e obtém a devolução do projeto a fim de estudá-lo e agilizar o processo de votação.

Somente em maio de 1957 o deputado consegue propor o regime de urgência para o projeto. As Comissões de Justiça e Mudança são favoráveis. Com esse parecer, o Congresso Nacional define o dia 21 de abril de 1960 como data para a inauguração de Brasília. Dessa forma, o presidente Juscelino Kubitschek sancionou a Lei n. 3273/57 no dia primeiro de outubro.

Também no ano de 1957, o governo lança o concurso para a escolha do projeto do Plano-Piloto de Brasília. Lucio Costa foi um dos arquitetos que participou do concurso, apesar de declarar em uma entrevista publicada na *Folha de São*

Paulo em 22 de julho de 1995 que não estava interessado em Brasília. Criticava que o tempo estipulado para a realização do concurso era muito curto para que se desenvolvesse um projeto de tamanha importância.

Havia 26 projetos concorrendo. Foram cinco dias de trabalho para a comissão julgadora ler, analisar e avaliar todos os projetos. A comissão julgadora selecionou os 10 melhores e o de Lucio Costa ficou em primeiro lugar.

Foi quase unânime a vitória de Lucio Costa. Somente um jurado da comissão julgadora não votou em seu projeto, o que não evitou inúmeras acusações dos demais concorrentes.

1.4 Cinquenta anos em cinco

Juscelino Kubitschek de Oliveira nasceu no dia 12 de setembro de 1902, em Diamantina, Minas Gerais. Juscelino Kubitschek morreu no dia 22 de agosto de 1976, aos 73 anos, vítima de acidente automobilístico. A profissão almejada por Juscelino era a de médico. Em 1922, ingressou na Escola de Medicina de Belo Horizonte.

Juscelino vai para Paris em 1930 especializar-se em Urologia. Aproveitou ainda para conhecer outros países europeus e o continente africano com suas culturas e peculiaridades. No Egito, ficou impressionado com as construções, ou melhor, ruínas de construções egípcias. Retornou ao Brasil em 21 de novembro de 1930.

Antes de sua viagem a Paris, conheceu Sarah Gomes de Lemos, com quem se casou no dia 30 de dezembro de 1931.

Após sua nomeação para o posto de capitão-médico do Hospital Militar em março de 1931, Juscelino Kubitschek seguia com sua vida profissional e familiar sem nenhum tipo de pretensões políticas. “Porém, entre 1930 e 1934, mudanças políticas e sociais culminariam no ápice da atividade médica de Juscelino e, ao mesmo tempo, no início de uma nova etapa em sua vida”.¹⁷

Em 1932, durante a revolta armada ou Revolução Constitucionalista, deu-se o primeiro contato importante de Juscelino Kubitschek com o universo político. Tal

¹⁷ NONATO, 2010, p. 54.

contato influenciaria bastante a sua trajetória política rumo à Presidência da República e culminaria também com a construção da capital federal.

Nesse período, em Passa Quatro, Juscelino conhece políticos próximos a Olegário Maciel, que, à época, era presidente do Estado de Minas Gerais. Esses políticos se tornariam influentes no estado mineiro e no Brasil, entre eles o general Eurico Gaspar Dutra, general Ernesto Dornelles, marechal Zacharias Assumpção, Pedro Paulo Penido e Filinto Müller.

Com a morte de Olegário Maciel, dá-se início a uma disputa pela sucessão ao posto de chefe do estado mineiro. Getúlio Vargas, evitando desagradar as partes envolvidas na disputa, para tentar conciliar interesses, decidiu nomear Benedito Valadares Ribeiro como interventor federal de Minas Gerais.

Benedito será o político responsável pelo ingresso e pela ascensão de Juscelino à política e ao poder Executivo. Com o apoio do interventor, a vitória estava garantida. Em 1934, Juscelino elege-se deputado federal com uma expressiva votação.

Como prefeito, desenvolve grande projeto de urbanização na capital mineira. O “prefeito-furacão”, como ficou conhecido, “asfaltou 600.946 metros quadrados nas ruas do município. Na gestão Kubitschek, em Belo Horizonte, o estado mineiro viu seu primeiro trator em canteiro de obras”.¹⁸

Sua administração em Belo Horizonte ficou conhecida como vibrante, disparando forte surto de modernização com a abertura de ruas, avenidas, criação de novos bairros, promovendo a remodelação da capital mineira. Constitui-se em uma administração tipicamente populista, que enche os olhos, que faz uso das imagens para impressionar a população.

Com a ajuda do arquiteto Oscar Niemeyer, que também participará na construção de Brasília, construiu o conjunto arquitetônico da Pampulha, um ponto turístico importante da cidade.

A política de JK em Belo Horizonte assemelha-se muito a que desenvolverá enquanto presidente da República, principalmente no que se refere à construção de

¹⁸ NONATO, 2010, p. 78.

Brasília: carregada de inovação, grandes obras arquitetônicas, desenvolvimento, modernidade, motivação do setor privado, crescimento acelerado, ritmo febril.

No final de 1945, Juscelino elege-se deputado federal constituinte pelo PSD. Como deputado federal, participa ativamente da Constituinte de 1946 e torna-se um defensor da ideia da interiorização da capital da República. Como governador de Minas Gerais, mais uma vez sua atuação política caracteriza-se pelo dinamismo administrativo, espírito inovador, otimismo, profusão de obras, infraestrutura, com destaque para o binômio energia e transporte.

À frente do governo de Minas Gerais, “sua administração coincidiu com o segundo governo de Vargas. Nesse período, os dois políticos se aproximaram, tornando-se aliados”.¹⁹

Assim, Juscelino Kubitschek, mais uma vez ganha notoriedade com sua intensa atuação política, o que será de suma importância para seu lançamento em direção à Presidência da República.

Todo esse simbolismo desencadeado pelas muitas obras durante a gestão de JK, tanto como prefeito quanto como governador de Minas, imprime no Povo brasileiro uma imagem idealizada, uma imagem de um grande tocador de obras. Esse aspecto é extremamente favorável a JK, que usa essas imagens também para legitimar mais uma vez a construção de Brasília.

Nas palavras de Oscar Pilagallo, “com prestígio administrativo, base partidária, projeção nacional e identificação com Getúlio, JK tinha tudo para ganhar a eleição de outubro de 1955”.²⁰

Em abril de 1955, Juscelino e João Goulart candidatam-se às eleições presidenciais. Para tocar sua campanha presidencial, Juscelino recebeu financiamento daqueles que cresceram a partir da sua gestão desenvolvimentista em Minas Gerais, baseada no binômio energia e transporte. Eram pecuaristas, fazendeiros e latifundiários, além das multinacionais. A 3 de outubro de 1955, as urnas deram a vitória a Juscelino Kubitschek de Oliveira.

¹⁹ PILAGALLO, Oscar. *A história do Brasil no século 20*. São Paulo: Publifolha, 2003. p. 67.

²⁰ PILAGALLO, 2003, p. 69.

Apesar da tentativa de golpe, no dia 31 de janeiro de 1956, Juscelino Kubitschek de Oliveira e João Belchior Marques Goulart tomaram posse da Presidência e Vice-Presidência da República.

Iniciava-se a “Era JK,” a era da ideologia nacional-desenvolvimentista, um novo Brasil surgia. Com o surgimento desse novo Brasil, muita angústia e muito sofrimento também surgirão para os trabalhadores que terão os olhos ofuscados pelo brilho da nova capital que se erguerá, pelas promessas de uma vida nova e feliz.

No dia 2 de fevereiro de 1956, o presidente JK reuniu todos os seus ministros no Palácio do Catete, com o objetivo de apresentar o Plano Nacional de Desenvolvimento. “O Plano de Metas ajudaria o Brasil a superar os desequilíbrios e a sedimentar os alicerces do desenvolvimento econômico”.²¹

Juscelino Kubitschek definiu a política econômica de seu governo no Programa de Metas, cujo lema *Os cinqüenta anos em cinco* divulgado amplamente durante toda a propaganda oficial chamou a atenção de muitas camadas da população.

O Programa de Metas, ou Plano Nacional de Desenvolvimento, como também era conhecido, abrangia um total de 31 objetivos, divididos em seis grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e a construção de Brasília. Dentre todas as metas, a da construção de Brasília era conhecida como metassíntese. Era um *sonho* que no governo JK seria realizado.

Para que o cumprimento do Programa de Metas não deixasse a desejar no que se referia à construção de Brasília - metassíntese - o Poder Executivo criou a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) para planejar e construir Brasília. A Novacap foi administrada por uma diretoria, conselhos administrativos e fiscais. É interessante ressaltar que um terço dos cargos para presidir esse órgão era destinado a políticos de partidos da oposição. Tal medida foi tomada para evitar acusações de irregularidades no setor de financiamento da obra.

Juscelino Kubitschek, como hábil e pragmático político que era, soube aproveitar bem a orientação dos trabalhos realizados pelos intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), os quais deram ao Programa mais

²¹ NONATO, 2010, p. 105.

consistência, ou seja, havia por trás dos 31 objetivos estabelecidos uma consistência ideológica, resumida na definição de nacional-desenvolvimentista de política econômica. A consistência ideológica nacional-desenvolvimentista era distinta do nacionalismo tão debatido nessa época.

Segundo Boris Fausto, “os nacionalistas defendiam o desenvolvimento baseado na industrialização, enfatizando a necessidade de se criar um sistema econômico autônomo, independente do sistema capitalista internacional”.²² Dessa forma, ao Estado caberia o papel de importante regulador da economia e investidor em áreas consideradas pelos nacionalistas como estratégicas (petróleo, siderurgia, transportes, comunicações).

Os nacionalistas encaravam o capital estrangeiro com muitas restrições, ora por motivos econômicos, ora porque acreditavam que o investimento de capital estrangeiro em áreas estratégicas poria em risco a soberania nacional. No âmbito das relações internacionais, os nacionalistas opunham-se relativamente aos Estados Unidos.

No entanto, a expressão nacional-desenvolvimentismo, em vez de nacionalismo sintetiza, pois uma política econômica que tratava de combinar o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro para promover o desenvolvimento, com ênfase na industrialização.²³

A política econômica nacional-desenvolvimentista era estritamente dependente da participação do capital estrangeiro para a promoção do desenvolvimento ao qual JK se referia. Logo, para o efetivo cumprimento do Programa de Metas era necessário que o presidente JK lançasse mão de muitos, muitos dólares. O Programa de Metas sem a injeção de capital estrangeiro estaria fadado ao fracasso. A dependência externa era iminente e JK, mesmo antes de empossar-se presidente da República, viaja para o exterior, a fim de estabelecer “parcerias” com países como os Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra e França, dentre outros.

Com essas medidas, o governo JK conseguiu promover um aumento da atividade do Estado tanto no setor de infraestrutura quanto no incentivo direto à

²² FAUSTO, 2009, p. 407.

²³ FAUSTO, 2009, p. 427.

industrialização, mas assumiu também abertamente a necessidade de atrair capitais estrangeiros, concedendo aos seus credores muitas facilidades.

Em 1957, “nos Estados Unidos, o embaixador brasileiro Amaral Peixoto concretiza empréstimo junto ao Eximbank para financiar a compra das estruturas de aço para os prédios dos ministérios, cujo material é adquirido nos Estados Unidos”.²⁴

Dessa forma, há uma total dependência do capital estrangeiro, assunto que preocupava os nacionalistas. Esse endividamento compromete setores importantes do Brasil que deixam de ser assistidos durante a construção de Brasília, sem mencionar as próprias condições de trabalho a que estavam submetidos os operários da construção civil. Todo dinheiro contraído por meio de empréstimos destinava-se apenas às obras, à concretização com agilidade e eficiência. Nada visava à melhoria de vida dos trabalhadores e de seus familiares.

O setor automobilístico é um setor que recebe do governo JK bastante incentivo para a produção de automóveis e caminhões. No ano de 1960, último ano do governo JK, as empresas Willys Overland, Ford, Volkswagen e a General Motors produziram em torno de 78% do total de 133 mil veículos, na época suficientes para abastecer a demanda brasileira.

No governo JK, destacam-se dois pontos: a eficácia e a legitimidade. No período em foco, não paira dúvida quanto à eficácia. A todo o momento, na memória dos brasileiros e brasileiras, os cinco anos do governo JK são lembrados como um período de desenvolvimento econômico que gerou otimismo generalizado sustentado pelo Programa de Metas. O Programa de Metas, mesmo que em curto prazo, tornou-se instrumento eficaz para enfrentar as crises, as pressões no sistema político por meio de novas medidas de desenvolvimento econômico e social.

O governo JK ainda é lembrado por suas grandes realizações “concretas”, como por exemplo, a construção de uma nova capital (Brasília) que divide opiniões, provoca crises no funcionalismo público da antiga capital da República (Rio de Janeiro) que se vê obrigado a transferir-se para as terras do Planalto Central.

²⁴ VASCONCELOS, 1998, p. 103.

1.5 A viabilidade de um modelo

No decorrer do governo JK, vários estudiosos, economistas e políticos discorreram sobre a estabilidade política que também foi marca registrada desse governo. Que esse período pode ser considerado como um período de estabilidade econômica, bem como uma época de elevados índices de crescimento econômico é fato narrado em diversas análises a respeito do governo.

O Programa de Metas teve papel de destaque nesse cenário. Seus resultados, segundo o historiador Boris Fausto, foram impressionantes, sobretudo no setor industrial, entre 1955 e 1961: “o valor da produção industrial, descontada a inflação, cresceu em 80%, com altas porcentagens nas indústrias do aço (100%), mecânicas (125%), de eletricidade e comunicações (380%) e de material de transporte (600%)”.²⁵

No entanto, a estabilidade do governo JK sempre foi ameaçada por inúmeras crises, conflitos ocorridos antes e durante o governo. É importante destacar que estabilidade política não significa, necessariamente, ausência de crises. Nas palavras de Maria Victoria de Mesquita Benevides,

a estabilidade política do Governo Kubitschek não eliminou as contradições inerentes ao próprio sistema político, ameaçado desde o segundo governo Vargas e principalmente com as articulações golpistas a partir da candidatura JK-Jango.²⁶

As articulações realizadas por JK foram de grande importância para sua manutenção na presidência da República. A estabilidade de seu governo era atribuída ao desenvolvimento continuado, ao otimismo generalizado com o Programa de Metas e à expectativa da construção de Brasília. Outro fator imprescindível que viabilizou suas metas foi a manutenção do regime democrático. Dessa forma, garantindo o regime democrático, havia a participação política, eleições livres, liberdade de imprensa, anistia aos rebeldes militares (como foi o caso de Aragarças e Jacareacanga), liberdade de reunião, bem como o direito de greve, apesar de Juscelino tentar sempre manter sob controle os movimentos sindicais.

²⁵ FAUSTO, 2009, p. 427.

²⁶ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 40.

Os partidos políticos e as Forças Armadas, assim como o papel do Executivo formam o tripé indispensável para garantir a estabilidade política do governo JK. “[...] Kubitschek percebe a necessidade imperiosa de manter o ‘dispositivo militar’ e uma política conciliatória quanto à atuação partidária (fortalecendo a aliança PSD/PTB) e quanto à política econômica”.²⁷ Assim sendo, “une” militares e partidos políticos atendendo aos interesses de ambos.

A aliança feita entre o PSD e o PTB assegurou o apoio aos principais projetos do governo no Congresso Nacional, viabilizando várias realizações dos planos governamentais.

Em relação aos militares, esses, sem sombra de dúvidas, também tiveram suas reivindicações atendidas. Um dos principais apoiadores do governo JK foi o General Henrique Lott, que exerceu o cargo de ministro da Guerra durante os cinco anos de mandato presidencial.

No início de seu governo, o lema de Juscelino era “desenvolvimento e ordem”. Esses objetivos iam ao encontro dos objetivos de grande parte dos militares que apoiaram o governo. Logo, Juscelino tratou de atender às reivindicações específicas da corporação militar, inclusive com aumento de salários e melhores condições de trabalho, munindo-os com novos equipamentos. Além disso, aumentou o número de indicações militares para presidir postos estratégicos no governo.

As forças partidárias PSD e PTB, juntamente com as Forças Armadas, garantem um equilíbrio durante quase todo governo JK. Em outras palavras, o apoio das altas cúpulas do Exército e a aliança partidária entre PSD e PTB viabilizaram o êxito do governo JK.

Segundo Maria Victoria de Mesquita Benevides, “a relativa estabilidade política do Governo Kubitschek foi produto de uma conjuntura especial, na qual o Exército e o Congresso atuaram de maneira convergente”.²⁸

Ainda sobre a estabilidade política do governo JK, faz-se necessário mencionar a política populista. O populismo caracteriza-se por um estilo político manifestadamente individualista. O conteúdo de seu programa se resume na personalidade do líder, no carisma que esse exerce diante do desespero, dos

²⁷ BENEVIDES, 1979, p. 50.

²⁸ BENEVIDES, 1979, p. 49.

anseios, das dificuldades e dos interesses das classes médias urbanas e rurais. “O chefe carismático surge nos momentos em que as lutas de classe se aguçam”.²⁹

No governo JK, o populismo finalmente transitou para a fase desenvolvimentista. A filosofia do governo JK foi a do desenvolvimento nacionalista que, segundo suas palavras, consistia em :

um desenvolvimento que tinha por alvo a prosperidade nacional. Pelo fato de ser nacionalista, não deveria endereçar-se contra ninguém. Só existiam dois meios de se realizar aquele desenvolvimento: bater de porta em porta, nas nações estrangeiras, para solicitar ajuda financeira; ou lutar com as nossas próprias forças, cortando na carne e exigindo sacrifícios do país.³⁰

Nesta análise, cabe destacar que o governo JK esforçou-se para conciliar os interesses desiguais da burguesia, adotando o nacional-desenvolvimentismo, um caminho do meio, entre o nacionalismo e o entreguismo.

No entanto, Juscelino Kubitschek pede (impõe) inúmeros sacrifícios ao povo para levar adiante os projetos principais que havia planejado. Impõe ainda o cumprimento desses projetos na vigência de seu mandato.

O lema *50 anos em cinco* significava fazer o Brasil crescer *50 anos em cinco*, de um jeito ou de outro. Não importava como, doesse a quem doesse, o Brasil teria que crescer.

1.6 *Creatio ex nihilo*: criação do nada

A construção de Brasília, a nova capital do Brasil, é um grande desafio imposto por Juscelino Kubitschek à nação brasileira. Um projeto ambicioso que exigiu um esforço imensurável de mãos de homens e mulheres que trabalharam dia e noite com afinco para construir a cidade e entregá-la no prazo fixado por Juscelino Kubitschek.

As condições de trabalho nem sempre foram as mais dignas. Há um cumprimento excessivo de carga horária de trabalho, levando os trabalhadores a esgotamentos, enfermidades e pouquíssima qualidade de vida.

²⁹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Unb, 2001. p. 52.

³⁰ KUBITSCHEK, 2000, p. 231.

Durante o período da construção de Brasília, os jornais que veicularam pela cidade - a imprensa oficial - noticiaram a todo o momento a participação e empenho permanentes do presidente Juscelino Kubitschek em acompanhar todas as etapas da construção, além de enfrentar todos os obstáculos para que a sua idealização fosse concretizada.

Os jornais ainda dão importante destaque à figura de Israel Pinheiro, engenheiro civil que, com esforço *épico*, executa e lidera a construção de Brasília. Nas palavras de Juscelino Kubitschek, Israel Pinheiro “é fiel executor de minhas idéias [...] colaborador sincero, destemido e leal”.³¹

Outras figuras públicas têm papéis fundamentais e também de destaque na imprensa nacional e internacional no decorrer da construção de Brasília: o arquiteto Oscar Niemeyer e o arquiteto e urbanista Lucio Marçal Ferreira Ribeiro de Lima e Costa, o responsável pelo projeto urbanístico de Brasília. Esses profissionais de arquitetura e urbanismo recebem homenagens, prêmios, elogios de dentro e fora do Brasil, bem como têm seu trabalho de criação artística e intelectual reconhecido pelos diversos meios de comunicação.

Juscelino Kubitschek é citado em vasta literatura pré e pós-construção de Brasília como o seu criador, o mentor, a figura pública obstinada a cumprir a promessa de, a qualquer custo, entregar ao Povo brasileiro, uma nova capital. A capital surgida do nada, surgida em meio à poeira vermelha do cerrado.

A literatura oficial da época da construção valoriza essa figura pública, enaltecendo-a e, no decorrer desse percurso, omite, esquece de mencionar, os milhares de trabalhadores, trabalhadoras que se dirigiram ao Planalto Central em busca de poder usufruir parte da concretização desse sonho: o sonho de uma vida melhor, digna, com moradia, saúde e trabalho.

Brasília, em seu projeto inicial, foi concebida para ser a capital democrática de todos os brasileiros e brasileiras. Porém, em diversos momentos, a democracia não vigorou. As vozes dos trabalhadores, por inúmeras vezes, não foram ouvidas, o cansaço não foi compreendido e o descanso muito menos concebido.

³¹ KUBITSCHKEK, 2000, p. 188.

No que tange às condições de trabalho, isso é um capítulo à parte da época da construção de Brasília merecedora de destaque, mas que muitas vezes só se constitui em escrita de denúncia e resistência, tempos depois.

Essa escrita de denúncia não foi bem vista e aceita pela imprensa oficial da época. Mesmo hoje, há polêmicas em torno desse assunto. Milhares de trabalhadores anônimos foram sacrificados em nome do desenvolvimento e do progresso do país, em nome da política nacional-desenvolvimentista. Vidas foram ceifadas sem o menor constrangimento ou preocupação.

Em 1957, Lucio Costa, em um de seus relatórios acerca do Plano-Piloto de Brasília, demonstra *preocupação* no sentido de que as autoridades locais necessitam tomar providências urgentes e estruturais para impedir “a enquistação de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural”.³²

Nessa época, a Companhia Urbanizadora de Nova Capital do Brasil deveria providenciar, de forma a não ferir o projeto proposto, moradias dignas e ao alcance da totalidade da população. A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil não tomou essas providências, não se preocupou com o bem-estar dos que vieram para construir Brasília, e, ao longo dos anos, no período da construção, inúmeras moradias que destoavam do plano arquitetural da nova capital surgiram.

Essas moradias incomodaram a elite que em breve passaria a habitar as quadras e vias de Brasília. A segregação social dá-se claramente em relação àqueles que com muito suor construíram Brasília. Nega-se a eles o direito de morar em um espaço que por eles foi transformado dia após dia até chegar ao que se tem hoje.

Ora, mais uma vez é importante ressaltar que durante o processo de construção de Brasília, além de arquitetos, urbanistas, engenheiros e presidente, houve milhares de operários anônimos que fizeram esforço épico para erguer a cidade em tempo hábil.

O projeto da construção de Brasília foi inteiramente pensado e amadurecido. No entanto, o que não se soube fazer, à medida que a cidade crescia, foi um planejamento para a construção de moradias para os milhares de trabalhadores que

³² TAMANINI, Lourenço Fernando. *Brasília: memória da construção*. Brasília: Livraria Suspensa, 2003. p. 204.

se aglomeraram pelos canteiros das construtoras, mas desejavam estabelecer raízes em Brasília mesmo, ou nas possíveis cidades-satélites, já mencionadas no Plano Piloto de Lucio Costa.

Durante o concurso para a escolha do projeto para a construção da cidade-Capital, algumas condições foram estabelecidas. Uma delas foi que a cidade deveria ser planejada para comportar uma população de cerca de 500.000 (quinhentos mil) habitantes. Ao atingir este limite, Brasília teria as cidades-satélites como cidades de apoio que, segundo o projeto do urbanista Lucio Costa, deveriam ser minuciosamente planejadas. No entanto, tal condição não foi contemplada. Brasília, já em seu Plano Piloto, possuía limitações em relação ao seu tamanho, e o projeto previa que seu crescimento após 20 anos se daria pelas penínsulas e por cidades-satélites.

Na concepção de Juscelino Kubitschek e de todos os seus aliados rumo à construção de Brasília, não havia tempo a perder. Dessa forma, encaminhou-se tudo, desde a criação da Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal à aprovação da Novacap em caráter de urgência.

A qualquer custo, Brasília, a nova capital federal, teria de ser entregue, inaugurada. Fora promessa de Juscelino Kubitschek entregá-la ainda em seu mandato. Além de promessa, era politicamente vantajoso para JK transferir a capital do Rio de Janeiro para as terras goianas antes que seu mandato terminasse. Por parte do governo, temia-se que as obras jamais fossem concluídas, eternizando-se nos governos posteriores.

Eram somente 3 anos e 10 meses para construir Brasília. Nesse ínterim, o apoio da bancada aliada torna-se bastante significativo, bem como torna-se imprescindível unir o maior número de apoiadores, inclusive os opositores.

Além da máquina congressista ao seu lado, o governo JK, com o seu Plano Nacional de Desenvolvimento, promove com bastante ênfase uma política de conciliação ideológica com desdobramentos nas áreas social, econômica, cultural e política, sob o emblema do nacional-desenvolvimentismo, conseguindo, assim, agregar os grupos políticos opostos.

Faltava agora a mão de obra barata, o povo, a população para arregaçar as mangas e pegar no pesado. Como, de que maneira envolver, cooptar as pessoas mais simples para participar, colaborar com esse projeto colossal?

Isso também não foi difícil para o governo JK. Com a sua política nacional-desenvolvimentista, as forças aliadas e opostas a seu favor, tudo se tornaria mais fácil.

Outra grande colaboradora era a imprensa nacional e internacional. Essa ferramenta poderosa e importante para disseminar ideias, notícias verdadeiras ou não, mas que alcança principalmente as pessoas das camadas mais baixas da população.

Dessa forma, cria-se todo um simbolismo em torno de Brasília. Esse simbolismo desencadeia no imaginário coletivo dos brasileiros sentimentos voluntários e involuntários de excessivo amor à Pátria e de *co-responsabilidade* pela melhoria de vida de toda a nação brasileira.

Esse projeto colossal, o da construção de uma cidade com o porte do que viria a ser Brasília, fará com que centenas, milhares de operários sacrifiquem suas vidas, juventude, sonhos, horas a fio de trabalho para entregar a nova cidade em um prazo limite de 3 anos e 10 meses. Não importava como, em que condições e circunstâncias.

A pressa era tanta que, mesmo sem um projeto definido, JK, após sua primeira visita ao sítio onde se ergueria a nova capital, reúne-se com Israel Pinheiro e Oscar Niemeyer, a fim de adotar soluções ágeis para o cumprimento da metassíntese de seu Programa de Governo.

Juntos decidem não aguardar o resultado do Concurso do Plano Piloto para acelerar o ritmo do processo de construção. Em outubro de 1956, de imediato, instala-se um núcleo para abrigar os operários, engenheiros, empreiteiras e os primeiros materiais de construção, bem como, a construção do Palácio Residencial do Presidente e de um hotel do mais alto nível para receber possíveis visitantes durante a construção. Os aliados de JK disponibilizam todo um aparato para que as obras tenham início o mais depressa possível.

No dia 02 de outubro de 1956, o general Henrique Lott acompanha JK ao sítio destinado a construir Brasília. Ao final da visita, JK solicita 100 barracas de lona do Exército para instalação de acampamentos dos primeiros grupos de trabalho.

Nesse período, inicia-se na íntegra todo um processo de construção que desencadeará uma série de mudanças na vida de milhares de pessoas. Pessoas atraídas ou arregimentadas pela força ideológica do governo JK começam a chegar de várias partes do Brasil. São os “candangos”, os primeiros, os construtores de Brasília.

Mais adiante, no desenrolar da epopeia da construção, surgirão *ciudades-satélites* como o Núcleo Bandeirante, Taguatinga, Candangolândia e Ceilândia, locais que restam como opção de moradias para os mesmos candangos que construíram Brasília, a capital que deveria ser de todos os brasileiros.

2 A POLÍTICA DE CONSTRUÇÃO SALOMÔNICA

2.1 A luta pelo poder

Antes de discorrer sobre a política de construção de Salomão, é importante relatar todas as manobras e articulações realizadas por Salomão e seu grupo a fim de chegarem ao trono. Para isso, convém mencionar um pouco da história dos filhos de Davi. O relato se limitará aos filhos homens, os quais teriam direito legítimo ao trono.

O pai de Salomão, Davi, fundou uma dinastia. Logo, seu sucessor, devia ser seu filho mais velho. Entretanto, o primogênito de Davi, Amnom havia sido morto por Absalão (2Sm 13.23-29). Em 2Sm 3.3, faz-se referência a um segundo filho de Davi, cujo nome era Queleab. Após essa menção, não se tem mais notícias desse segundo filho. Já Absalão, o terceiro filho do rei Davi, foi morto em batalha pelo exército de seu pai, como consta em 2Sm 18.1-18. Em Hebron, nasceu Adonias, o quarto filho do rei, conforme relata 2Sm 3.2- 4. De acordo com os textos de 2Sm 5.13-16 e 2Sm 12.24-25, Salomão, filho de Davi com Betsabéia, nasceu em Jerusalém, a capital do império. Relata-se que, antes do nascimento de Salomão, Davi teve mais outros cinco filhos (2Sm 3-5; 5.14-15). Adonias ainda estava vivo quando Salomão aspira ao trono davídico. Dessa forma, tem-se dois candidatos à sucessão, pois, com toda convicção, mesmo não sendo o herdeiro legítimo com direito ao trono, Salomão tem a pretensão de ser o rei no lugar de seu pai. Adonias, por ser o filho mais velho ainda vivo, era, portanto, o legítimo herdeiro do trono.³³

A partir desse momento, entra em cena Salomão e todos os que o apóiam em uma grande conspiração contra Adonias e seu grupo. Os apoiadores de Salomão querem que, com urgência, Davi o unja rei sobre Israel e sobre Judá. Nessa articulação rumo ao trono, Salomão e seu grupo lançarão mão de todas as armas, conchavos políticos e religiosos para consolidarem suas aspirações. Na disputa, vencerá quem tiver mais força política, mais capacidade de ganhar para o seu lado o apoio de pessoas influentes na corte.

³³ GASS, Ildo Bohn. *Formação do império de Davi e Salomão*. São Leopoldo: Cebi; São Paulo: Paulus, 2003. v. 3. p. 44.

Essa costura, essa articulação, o grupo de Salomão soube tramar e sai, assim, vencedor. Com o apoio do profeta Natã, que dera todo o auxílio e legitimação ao reinado de Davi (2Sm 7.8-17), do sacerdote Sadoc, de Banaías, comandante da guarda real de Davi (1Rs 1.8) e, principalmente, de Betsabeia, sua mãe, Salomão é ungido rei em Gion (1Rs 1.11-40).

Salomão torna-se rei pela maquinação articulada principalmente pelo profeta Natã e sua mãe Betsabeia. O profeta Natã chega a combinar todo o conteúdo da conversa que Betsabeia deveria ter com o rei às escondidas. Conforme o texto de 1Rs 1.11-22, da conversa também participaria o profeta Natã, chegando logo em seguida a Betsabeia.

Dessa maneira, esse grupo manobra Davi para nomear Salomão como rei. O grupo de Salomão dá uma rasteira em Adonias, o legítimo herdeiro do trono.

Na corrida pela sucessão, torna-se evidente a existência de dois projetos distintos: o de Adonias e o de Salomão. Sabe-se que nenhum dos dois constitui-se em um projeto revolucionário. Mas o projeto de Adonias ia mais ao encontro dos anseios do campesinato que queria tornar-se livre da opressão, do sistema tributário impostos por Davi.

Embora não seja possível descrever com clareza o projeto de Adonias, podemos perceber que seus apoiadores foram pessoas que já estavam com Davi quando ele organizou os camponeses empobrecidos ainda antes de se tornar rei. Sua origem é no interior, do meio dos camponeses.³⁴

Já o projeto de Salomão, este sim, não ia ao encontro dos anseios (de libertação) do povo. O projeto de Salomão visava prioritariamente à continuidade e ao aperfeiçoamento do sistema tributário, aperfeiçoamento esse, diga-se de passagem, com requinte de crueldade sobre as tribos nortistas.

O projeto de Salomão, ao contrário do de Adonias, representava e se articulava no sentido de atender aos interesses dos setores urbanos, de origem cananea.

A política de Salomão e de seus apoiadores favorecia ao projeto do continuísmo que garantia os interesses, as regalias, a boa vida, o poder do pessoal da corte de Jerusalém às custas da opressão por meio de pesados tributos.

³⁴ GASS, 2003, p. 44.

A partir de seu reinado, iniciam-se diversas construções que necessitarão de muitos braços, de muitos homens, muita força de trabalho para serem erguidas. Iniciam-se construções, inclusive a do templo, que custarão muito, muito caro ao povo. Com a morte de Davi, Salomão assume o trono e sua realeza se consolida. Torna-se o rei sobre Israel e sobre Judá. “Davi deixava para Salomão um grande reino em paz diante de inimigos externos”.³⁵

Como rei, o primeiro ato de Salomão foi o de eliminar todo e qualquer inimigo. Não queria nenhuma conspiração contra seu reinado. Sua política consistiu em fazer uma verdadeira limpa para que pudesse governar sem nenhum problema.

Como não podia deixar de ser, Adonias poderia converter-se em uma ameaça para o reinado de Salomão. Logo, em uma tentativa de persuadi-lo, Adonias pede a Betsabeia que interceda por ele junto ao rei para que esse lhe conceda Abisag de Sunam, a que havia cuidado e servido a Davi quando doente (1Rs 1.1-4), como esposa. Ao saber do pedido de Adonias, Salomão põe-se irritado e encarrega a Banaías de matar Adonias (1Rs 2.22-25).

Quanto a Abiatar, Salomão tratou logo de destituí-lo do sacerdócio, banindo-o para Anatot, onde Abiatar tinha propriedade. Sadoc fica no lugar de Abiatar conforme se relata em 1Rs 2.26-27.35b.

O destino de Joab não fora diferente do de Adonias. Joab também foi morto por Banaías, a mando de Salomão. Banaías o assassinou, violando o direito de asilo que confere um santuário. Assumira em seu lugar, de acordo com 1Rs 2.28-35, o comandante Banaías.

Obedecendo ainda aos conselhos de seu pai, Salomão eliminou por último Semei, que era do clã de Saul e estava com Absalão na revolta contra Davi. Novamente ordena a Banaías, filho de Joiada, que mate Semei, fato narrado em 1Rs 2.36-46.

Provavelmente, devemos considerar esses assassinatos políticos de Salomão menos como atos de vingança e mais como medidas de segurança que visavam a neutralizar futuros adversários. Ao que parece, Salomão não conseguia sentir-se muito seguro no trono, ao menos no

³⁵ DREHER, Carlos Arthur. O trabalhador e o trabalho sob o reino de Salomão. *Estudos Bíblicos*, Petrópolis, n. 11, 1986, p. 51.

início. A resistência latente do Reino do Norte ainda representava uma ameaça.³⁶

A política de Salomão assemelha-se a de seu pai Davi. Faz-se qualquer coisa, qualquer articulação, barganha para se manter no poder. Nem que para isso tenha que, inclusive matar o seu próprio irmão. “Assim como Caim, Salomão derramou o sangue também de seu irmão”.³⁷

2.2 As atividades arquitetônicas de Salomão

Apesar de ter enfrentado problemas com povos que foram ainda submetidos por Davi (1Rs 11.14-25), durante seu reinado Salomão logrou êxito com suas estratégias. De acordo com Carlos Arthur Dreher, “com a eliminação sumária ou o exílio de opositores do novo rei (1Rs 1-2), Salomão assumiu a coroa e desenvolveu uma intensa atividade na construção de obras públicas e particulares”.³⁸

Ora, não é em vão que Salomão dá início a várias construções. Ele necessita de motivos para continuar a garantir o direito ao tributo. Não demora muito e Salomão arruma um motivo convincente para assegurar-lhe o recebimento de tributos. Trata-se da construção do templo, a casa de Deus. Sim, um motivo religioso para sustentar o poderio de Salomão.

Com a construção do templo, a casa de Javé e o controle do culto, Salomão conseguiu a *cobertura ideológica*, ou seja, a legitimação religiosa para justificar seus mandos e desmandos sobre o povo. A partir daí, intensificam-se os tributos, notadamente os impostos às tribos do Norte, Israel.

A construção do templo, ou melhor dizendo, a prestação do serviço da construção do templo, assim como as demais obras públicas que se desenvolveram ao longo do reinado de Salomão restabeleceram a relação contratual entre rei e povo de acordo com o que se pode ler em (1Sm 8.11-17). Dessa forma, garantiria a Salomão e à sua corte o direito ao tributo.

Dentre todas as obras do império salomônico, a construção do templo foi a mais importante. A partir dela, desencadeia-se toda uma ideologia que legitima a

³⁶ GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. Tradução de Monika Ottermann. São Paulo: Teológica, 2005. p. 155.

³⁷ GASS, 2003, p. 45.

³⁸ DREHER, 1986, p. 51.

exploração de muitos trabalhadores. Essa exploração não se deu apenas sobre seus corpos que movimentaram e ergueram as construções, mas ocorreu ainda sobre seus produtos agrícolas que mantinham a corte, o exército de Salomão e estendiam-se ainda ao pagamento da dívida externa, bem como para o comércio internacional.

Assim, a construção do templo dará toda sustentação à monarquia, porém outras obras foram erguidas no reinado de Salomão. Em (1Rs 7.1-12), faz-se referência à construção do palácio real com um conjunto de obras, cuja duração foi de 13 anos. Em (1Rs 9.24), relata-se a construção do palácio para a filha do faraó, uma de suas esposas. Ainda conforme (1Rs 9.15-25), as atividades arquitetônicas não pararam por aí. Salomão fortificou diversas cidades, transformando-as em fortalezas militares e cidades-armazéns com o objetivo de guardar os produtos recebidos em tributos e também dos que eram frutos de seu comércio por via marítima e terrestre. Edificou os muros de Jerusalém. O texto bíblico de (1Rs 9.26-28) relata-nos a construção de uma cidade portuária no Golfo de Ácaba, além de uma frota de navios mercantes.

Por último, para agradar às suas esposas, o texto de (1Rs 11.1-8) nos informa que Salomão construiu santuários pagãos onde suas mulheres estrangeiras cultuavam outros deuses.

Grandes empreendimentos, grandes obras, como a construção de um templo tal qual o de Jerusalém segundo as ordens de Salomão e outras, requerem muitas, muitas pessoas trabalhando. Com certeza, essa parte do trabalho árduo e duro não sobrou para os nobres da corte.

Grandes obras exigem muitos esforços e sacrifícios do povo. Muitas horas, dias e anos de trabalho. Muitos tributos. Para a construção do templo, por exemplo, gastou-se sete anos, conforme o texto bíblico de (1Rs 6.38). Quanta miséria, quanta dor e amargura caíram sobre o povo de Israel.

2.3 Interesses da política de construção

Salomão foi um dos piores reis que Israel teve. Durante seu reinado, a opressão consolidou-se totalmente. Davi, seu pai, tributava, mas de modo mais suave, sem grande vigor. Com Salomão, a cobrança de tributos dá-se de várias

formas e especialmente sobre as tribos do Norte, Israel: cerca de 60% a 70% do tributo sobre as colheitas era dado a Salomão para sustento da corte e de alianças com outros reis. Havia a corveia, que correspondia ao trabalho forçado nas obras públicas e particulares e ainda a obrigação de servir ao exército, trabalhando de graça para o Estado.

Do total de 12 tribos, 2 delas ficavam no Sul: a de Judá (tribo do rei Davi) e a de Benjamin. Percebe-se que, ao estruturar seu governo, Salomão impõe pesados tributos sobre as tribos nortistas. Ao organizar em 12 distritos responsáveis pela manutenção de toda a corte não se mencionam as tribos do Sul.

Durante todo o seu reinado, Davi vai estabelecendo alianças. Essas alianças fortalecem seu poderio, bem como expandem o território sob seu controle. Para a monarquia funcionar necessita-se de gente, gente para o trabalho pesado e para manter o luxo e os privilégios do pessoal da corte.

Para todo o aparato estatal funcionar, primeiramente Davi e Salomão aumentam a população, incentivam e provocam esse aumento. Em seguida, conquistam violentamente e fazem alianças (casamentos) que garantem a governabilidade e ganham com a expansão de seus contatos e de seu território.

A governabilidade da monarquia concede várias facilidades religiosas, acordos religiosos. Todo instrumento político de dominação e opressão precisa do mecanismo religioso e, para se efetivar; faz uso da interpretação religiosa, manipulando-a em seu benefício.

Sabe-se que a Davi não foi permitido construir o templo. Mas Salomão o constrói. Dessa forma, Salomão privatiza Javé. Salomão impede a relação de Javé com o povo. Antes, Javé visitava todo mundo. No reinado de Salomão, nem todo mundo pode visitar a Javé. Salomão mantém o controle do culto, privatiza o espaço onde Javé se encontra e segrega os mais pobres que não podem chegar até onde Javé está.

O motivo religioso - a construção do templo - que Salomão encontra constitui-se em um forte instrumento ideológico de dominação. A partir dessa dominação se dará a expansão da política salomônica.

Ao assumir o trono, a tarefa de Salomão não era mais a de expandir o reino. Esse havia chegado à dimensão máxima no reinado de seu pai, Davi. A tarefa de

Salomão consistia em manter relações amigáveis, principalmente externamente, bem como com seus próprios súditos, a fim de que pudesse galgar mais pontos a seu favor, a favor de seu império.

A política de construção de Salomão funcionará como a alavanca que irá projetá-lo internacionalmente, às custas, inclusive, de todo o sofrimento do povo de Israel. Também por meio de um programa de alianças, muitas delas seladas por casamentos, como é o caso do casamento de Salomão com a filha do Faraó, rei do Egito, cuja narrativa encontra-se em (1Rs 3.1). Ainda o texto bíblico de (1Rs 11.1-3) relata o grande número de mulheres nobres e estrangeiras trazidas para o harém do rei, juntamente com seus dotes.

Em (1Rs 3.1), nota-se o forte intercâmbio que ocorre entre Salomão e o Egito. Salomão chega a importar o modelo de burocracia administrativa do Egito, como se verifica em (1Rs 4.1-19), bem como o modelo das construções.

Uma das mais importantes alianças de Salomão foi a estabelecida com Hirão de Tiro, que inclusive já havia sido iniciada por Davi, mas renova-se com vigor no reinado de Salomão.

Hirão é rei da importante cidade portuária fenícia e detém o monopólio de madeira de cedro. No texto bíblico de (1Rs 5.32), Hirão disponibiliza também mão de obra especializada e cara para as construções de Salomão. Outra habilidade do povo fenício estava na expansão marítima. Essa se encontra em pleno apogeu, devido ao seu conhecimento de navegação. De acordo com (1Rs 9.26-28), a aliança com Hirão também abre as portas do comércio internacional para o monarca de Israel. Com a construção de navios, Salomão tinha o objetivo de chegar a Ofir, terra que continha um tipo de ouro especial (Is 13.12). Nessas incursões, Salomão traz muito, muito ouro e prata. Os intercâmbios comerciais que Salomão manteve por via marítima renderam-lhe muitas riquezas. Porém, geraram muita pobreza ao povo que, ao final, era quem pagava a dívida externa contraída.

Além de dominar o comércio marítimo, Salomão ainda manteve acordos com a rainha de Sabá, estimulando-a a agir a seu favor. A partir desse contato, o monarca competia diretamente com o comércio das caravanas, o que rendeu muitos tesouros a Salomão (1Rs 10.15).

Para garantir seu poder político e econômico, Salomão faz relevantes investimentos no setor militar. Entre eles, segundo (1Rs 10.26-28), a importação de cavalos. Com o comércio de muitos cavalos e carros de guerra, até então uma inovação, o texto bíblico de (1Rs 5.6) informa que Salomão moderniza o seu equipamento militar. Com essa inovação, passa a ter um exército forte, ativo e temido por vários povos.

Detentor do controle das rotas de comércio entre o Egito e a Síria, Salomão tornou-se o intermediário de um lucrativo comércio, pois os cavalos cilícios e carros de guerra egípcios, ambos de primeira qualidade, só poderiam ser comprados por meio de sua agência. A exportação para hititas e sírios trouxe muitas divisas para o monarca.

Estrategicamente pensado, Salomão dispôs seu forte exército em diversas cidades que foram por ele fortificadas e transformadas em bases militares, como se pode perceber em (1Rs 9.15-19). A estratégia consistia em facilitar a reunião do exército para defender-se contra invasões, pequenas revoluções internas e também para agir contra o povo que, porventura, viesse a se rebelar.

2.4 O trabalho forçado

O trabalho dos inúmeros operários à frente das diversas construções de Salomão não era nada fácil. “Contudo, no sistema tributário, as construções colocam em movimento a corveia: o trabalho forçado, imposto aos súditos ou a seus filhos, a que o rei, por contrato tem direito”.³⁹

O texto bíblico de (1Rs 5.27-32) fala-nos do tributo em forma de corveia. Descreve a grande quantidade de trabalhadores forçados na construção do templo. Já no início da perícope, temos a informação de que os 30.000 homens foram recrutados entre as tribos do norte. O texto de (1Rs 9.22) contradiz essa informação. No entanto, (1Rs 11.28) a confirma, assim também o faz o texto de (1Rs 12), que nos ajuda a identificar a dura servidão à qual foi submetido o povo de Israel. Além dos israelitas, Salomão também impôs pesados jugos aos trabalhadores estrangeiros, conforme narra o texto de (1Rs 9.15.20-21).

³⁹ DREHER, Carlos Arthur. Salomão e os trabalhadores. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*, Petrópolis, v. 5-6, n. 1-2, 1990, p. 16.

Em (1Rs 5.28) consta que, após o recrutamento, enviaram-se os trinta mil operários ao Líbano para transportar madeira, sendo dez mil por mês, alternadamente. Esse aspecto configura o ritmo acelerado e ininterrupto do trabalho por turnos. Os operários permaneciam um mês no Líbano e dois meses em casa.⁴⁰

Adoram, o chefe da corveia (1Rs 5.28s), assim como os chefes dos prefeitos, totalizando 3.300 homens a mando do monarca, comandavam e com certeza vigiavam com rigor a multidão de operários espoliados para que nada parasse e nem fugisse ao controle.

O templo tinha que ser erguido a qualquer custo. As obras não podiam parar e a madeira de lei teria de chegar para compor as construções. E quanta madeira, quantos blocos de pedra esse povo teve que extrair com muito suor e sangue. Pelo contexto anterior, citado em (1Rs 5.20), os operários de Salomão se juntariam aos do rei de Tiro, Hirão, para, no Líbano, cortar cedros e carregar os blocos de pedras para serem utilizados na construção.

Salomão, de acordo com (1Rs 5.29), tinha ainda 70.000 carregadores e 80.000 cortadores na montanha. Esses números indicam o trabalho pesado ao qual estavam submetidos o povo.

A espoliação sobre os corpos dos israelitas e dos estrangeiros era demasiadamente grande. Para construir os alicerces do templo, o rei mandou extrair enormes blocos de pedra que seriam trabalhadas, talhadas sob medida e emparelhadas. Em (1Rs 6.7), narra-se que o templo foi construído com pedras já talhadas e diz-se ainda que não se ouviu barulho de martelo, de cinzel, nem de qualquer outro instrumento de ferro no templo, durante sua construção.

Ora, também os gemidos dos operários não foram escutados, seus corpos extenuados não tiveram direito ao justo descanso. Eram meses, anos de trabalhos forçados. “As enormes pedras utilizadas para o fundamento mediam entre 10 e 8 côvados, 4,5 m e 3,6 m de comprimento, respectivamente”.⁴¹

A grande quantidade de obras, ritmo intenso, tempo de construção e a dimensão das pedras, das madeiras, as extenuantes viagens, longe da família, o isolamento leva-nos a concluir que o sofrimento foi enorme.

⁴⁰ PIXLEY, Jorge. *A história de Israel a partir dos pobres*. 6. ed. Tradução de: Ramiro Mincato. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 33.

⁴¹ DREHER, 1990, p. 16.

Submetidos às duras jornadas de trabalho, com seus produtos agrícolas confiscados, como se percebe em (1Rs 5.2-3) e ainda sem direito a reclamações, pois em (1Rs 12.14) relata-se que, se reclamassem a situação poderia se tornar pior. Em outras palavras, o povo encontra-se em uma situação de profunda humilhação e miséria.

As condições de vida vão se tornando cada vez mais precárias. Salomão, com sua política de construção desmedida, impõe ao povo um fardo sem precedentes.

Todo o capítulo 8 do primeiro livro de Reis narra a solene inauguração do templo, com toda pompa, brilho e esplendor dignos de um rei como Salomão. Narra-se que Salomão convocou para Jerusalém os anciãos de Israel, todos os chefes das tribos e os chefes de família dos israelitas. Todos os homens de Israel reuniram-se junto ao rei Salomão, conforme (1Rs 8.2). Os sacerdotes e os levitas também estavam presentes, transportando a Arca.

Nessa solenidade, Salomão mostra-se muito religioso. No seu discurso, que vai do versículo 15 até (9.21), o rei abençoou toda a assembleia de Israel que se mantinha de pé. Em seguida, Salomão começa seu discurso, bendizendo a Javé, Deus de Israel, que realizou por sua mão o que, com sua boca, prometera a seu pai Davi. No texto bíblico de (1Rs 8.17), percebe-se que Davi teve a intenção de construir uma casa para o Nome de Javé, mas Javé disse a Davi que quem edificaria a casa seria Salomão, saído das entranhas de Davi.

Ora, Salomão mais uma vez lança mão do poder religioso para se legitimar-se, trazendo para si todas as honras. Ele se declara o edificador, o construtor do templo. E os milhares de operários forçados que suaram dia e noite submetidos a jornadas duplas para dar conta do recado, onde estão?

Na solenidade de inauguração do templo e mesmo tempos depois, o povo nem sequer chega perto do lugar destinado ao Santo dos Santos. Somente os sacerdotes podiam. Salomão estava entre eles, pois assumira também funções sacerdotais, como se constata em (1Rs 8.14). “Na corte, onde, nos dias de Salomão, se havia criado toda uma geração nascida para a riqueza, ninguém considerava o

povo como outra coisa que não pessoas que podiam ser dominadas de corpo e alma”.⁴²

Essa dominação dá-se sobre os trabalhadores de forma cruel e amarga. Enxergavam-se os trabalhadores apenas com mão de obra para cumprir a ganância de um rei que, a qualquer custo, queria manter seus privilégios, sua fama, seu brilho e esplendor. Salomão (o Estado) alcançava cada vez mais poder, enquanto Israel gemia em uma opressão sem precedentes.

⁴² BRIGHT, John. *História de Israel*. Tradução de: Luiz Alexandre Solano Rossi e Elaine Cavaliere Solano Rossi. São Paulo: Paulus, 2003. p. 275.

3 OS TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA

3.1 A força de uma ideologia

O discurso desenvolvimentista conquistou a maioria dos brasileiros: “Brasília é o milagre do século e um prenúncio de paz e prosperidade para a maior nação sul-americana”.⁴³ “Brasília: sentido de um Brasil novo”.⁴⁴ Entretanto, segundo relatos dos próprios “candangos”, a chance de uma nova vida torna-se cada vez mais inacessível. Essa chance não se consolida. Tudo lhes é negado.

Era grande a precariedade da vida operária nos canteiros de obra, muitas vezes, a primeira e única moradia de muitos trabalhadores da construção civil durante todo o período de construção. A “solidão” do Planalto Central tão mencionada por Juscelino Kubitschek transforma-se em um contingente de operários explorados, coagidos, mal alimentados, passando por extremas dificuldades, privações e humilhações.

Todo o processo de construção ideológica sobre a mudança da capital e sua construção apoiou-se não só na psicologia social e no *marketing* tão bem explorados pelo governo JK, mas contou com um expressivo apoio da televisão e do rádio. A televisão e o rádio tornam-se essenciais na propagação de qualquer ideologia, pois atingem um grande número de pessoas rapidamente.

A mídia é um instrumento de criação da realidade. Isso ocorre em relação à nova capital. Os meios de comunicação de massa, à época da construção de Brasília, atuavam como mediadores entre o Estado e o povo brasileiro.

Antes, durante e depois do processo de construção de Brasília, a ideologia disseminada teve papel de destaque no sentido de convencer, alienar e manipular, principalmente a população menos esclarecida.

Essa ideologia – a nacional-desenvolvimentista – alastrou-se pelo país e envolveu, seduziu, alimentou sonhos e esperanças de diversos trabalhadores desempregados, sem perspectivas em sua terra natal. Não vinham para um lugar qualquer, mas para o lugar idealizado: vinham para Brasília, a *Capital da Esperança*, o *Eldorado*, a *Terra Prometida*.

⁴³ MENDONÇA, 2007, p. 4.

⁴⁴ MENDONÇA, 2007, p. 4.

Brasília, no discurso desenvolvimentista equivalia a crescimento e integração nacional. Todo esse simbolismo mexe com as aspirações dos trabalhadores que marcham para o interior do Planalto Central na esperança de ter uma vida plena.

Brasília, como metassíntese do governo JK, significava a completa consumação da posse da terra. Mas quem realmente possui a terra?

A maior parte dos trabalhadores que se dirigirem à Brasília é oriunda da área rural dos estados do nordeste brasileiro. Para esses trabalhadores essencialmente rurais, a vinda para Brasília era a esperança de algo melhor. Vinham atraídos por melhores salários, melhores condições de vida.

Na história desses trabalhadores rurais desempregados, que são forçados a migrar devido às poucas chances de sobrevivência no campo, havia ainda toda uma situação de pobreza, baixa escolaridade, pouca ou nenhuma qualificação profissional, além do contexto das secas no nordeste.

Todos esses aspectos, aliados à ideologia do governo JK, empurram esses trabalhadores em busca de outros meios e locais de sobrevivência. Além dos trabalhadores nordestinos, também migraram para construir a capital federal trabalhadores goianos, mineiros, bem como trabalhadores da região norte do Brasil.

Quanto aos nordestinos, um aspecto chama a atenção: na falta de pessoas para as frentes de trabalho, caminhões de várias firmas deslocavam-se até cidades do nordeste brasileiro, “arregimentando os ‘paus-de-arara’ para trabalhar na capital. Este era um empreendimento altamente lucrativo, pois os motoristas recebiam uma quantia combinada previamente com as firmas e ainda cobravam dos migrantes”.⁴⁵

O aspecto acima citado já esboça a quantas explorações os operários da construção civil estarão sujeitos. Durante todo o período de construção e mesmo depois, podem-se perceber claramente as inúmeras espoliações que sofrerão os *candangos* e também seus familiares em nome do progresso do *novo Brasil que surge*. Resta-nos indagar: novo para quem? Que vantagens traz esse novo Brasil e quem são os grandes beneficiados?

⁴⁵ SOUSA, 1983, p. 33.

3.2 Os bastidores da construção

Dentre outras, uma das justificativas para a interiorização da capital federal, era a de que a sua existência nas terras do Planalto Central incluiria ainda a possibilidade de novas fontes de emprego e novas oportunidades para um grande número de brasileiros.

Embalados pelas inúmeras promessas de uma vida mais digna, pessoas de todas as partes do país dirigem-se ao Planalto Central em busca de novas perspectivas para si e seus familiares.

No final de 1956, começam a chegar os primeiros trabalhadores para iniciar as obras. Predominam pessoas do sexo masculino, com pouca escolaridade, variando de analfabetos aos que possuíam o primário incompleto. A idade da maioria oscilava entre 18 e 35 anos.

A princípio, vinham em busca de trabalho. Com o passar dos anos, alimentam a esperança de uma oportunidade efetiva de fixação. Isso incluía, para os casados, trazer depois a família inteira: esposa e filhos para morarem em Brasília.

No ano de 1957, iniciam-se efetivamente os trabalhos. Com velocidade, canteiros de obras instalam-se e os migrantes que chegavam passavam por uma triagem de operários realizada pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC). Após essa triagem, encaminhavam-se os trabalhadores para os acampamentos.

O que ocorrerá nos alojamentos coletivos dos acampamentos e nas demais dependências dos mesmos é uma situação de enorme opressão e espoliação. Centenas, milhares de homens amontoados, sem um mínimo de privacidade, individualidade, higiene e conforto.

De modo geral, os 14 acampamentos instalados no período da construção possuíam alojamentos coletivos em condições muito precárias. O tratamento dispensado aos operários era desumano, totalmente inapropriado.

As acomodações nos alojamentos coletivos, profundamente ruins, não permitiam nem sequer que os trabalhadores repusessem suas forças para enfrentar as longas jornadas de trabalho às quais eram submetidos.

Os beliches encontravam-se o tempo todo sujos, não havia colchão para todos e eram amontoados em uma área insuficiente para a locomoção. Não dispunham de nenhum tipo de roupa de cama. Nos alojamentos coletivos dos operários não havia rede de esgoto, e, para completar o cenário de horror, os chuveiros eram frios.

A realidade dos operários que construíram Brasília tornava-se cada dia mais dura e difícil. As firmas não ajudavam em nenhum tipo de material, nem ferramentas para os profissionais (carpinteiros, pintores, eletricitas), nem materiais de higiene pessoal. Muitos dos trabalhadores não possuíam bagagem, tinham apenas a roupa do corpo.

Os maiores acampamentos podiam abrigar uma população operária entre duas mil a três mil pessoas. Diga-se mais uma vez, em condições de extrema precariedade. Condições insuficientes para um ser humano viver e trabalhar com dignidade.

Eis o relato de um servente sobre o alojamento de uma das construtoras na época da construção:

Porque aqui dormia uma camada em baixo, outra mais em cima, outra mais em cima... Então eles fizeram tipo belicho assim que dá pra um homem sentar, mais ou menos uns 80 centímetros [entre uma cama e outra]. Rapaz, ali dava tudo quanto era tipo de peste: rato, percevejo, pulga, tudo quanto era tipo de imundiça você podia encontrar naquela época aqui em Brasília. Doença, eu vou falar uma coisa, você nem imagina o quanto que a pessoa sofria sem saber o que é que tava sofrendo.⁴⁶

Conforme relato acima, nota-se que os alojamentos dos operários não ofereciam as mínimas condições de conforto, limpeza e salubridade. Diante desse cenário, as reclamações e reivindicações tornam-se constantes nos canteiros de obra. Toda a situação de descaso a qual estavam submetidos faz surgir várias reações individuais e coletivas que expressam o descontentamento e sofrimento dos trabalhadores, bem como o limite em suportar tantas injustiças.

Nos canteiros ocorrem brigas e quebra-quebras como forma de resistência a esses maus tratos. Entretanto, as firmas não se interessavam em mudar a situação. Mesmo demonstrando o limite de seus sofrimentos, os trabalhadores não eram

⁴⁶ RIBEIRO, Gustavo Lins. Acampamento de grande projeto: uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília: UnB, 1991. p. 38.

atendidos em suas reivindicações e, além disso, eram coagidos com ameaças de demissão sem direito a nada; sofriam ainda com a violência física e a psicológica.

Com a grande quantidade de homens nos acampamentos e a necessidade de controlar e coibir suas reações, cada acampamento seleciona determinados homens para serem os seguranças da firma. Cria-se, assim, uma espécie de polícia em cada canteiro de obra para organizar e vigiar ininterruptamente os trabalhadores. “Trata-se do controle e vigilância permanentes realizados por agentes da administração aos quais estão submetidos os operários no seu cotidiano interno ao acampamento”.⁴⁷

Havia um jogo de empurra-empurra das firmas. Os operários, ao se dirigirem aos encarregados e engenheiros para relatar sobre a falta de limpeza dos alojamentos, conforto e melhor qualidade na comida, não eram atendidos. O encarregado dizia que quem poderia resolver o problema era o engenheiro, já esse dizia que era o encarregado. No final, restava aos operários, mais uma vez, a indignação por não serem tratados com o mínimo de respeito. No depoimento do pedreiro João, percebe-se novamente o total descaso e desprezo dispensados à vida dos trabalhadores:

Porque aquilo lá num paga nada, dorme, às vez aquilo lá tem muita sujeira, dá muita doença. Eu já vi mesmo muitos morrer, ano passado mesmo eu vi. Morreu um dentro de pouco que deu assim meningite, tava dando meningite aqui na Asa Norte, morreu num instantinho. Começou com uma dor, num foi nem 20 minuto, tava morto, dentro do alojamento mesmo. Veio repórter, depois pegaram, a polícia levou. Eu já vi morrer muito, em alojamento.⁴⁸

Por meio dos relatos dos trabalhadores, nota-se que o acampamento como uma forma de moradia em muito contribui para uma maior exploração da força de trabalho. Morando nesses acampamentos, os trabalhadores são obrigados a executar cada vez mais um número maior de tarefas e ficam esgotados fisicamente.

Os trabalhadores, restritos aos acampamentos, são compelidos a usar os seus serviços internos, como a cantina e as poucas áreas de lazer, entre elas o campo de futebol. Não havia a menor chance de um descanso tranquilo. Tinham apenas uma hora de almoço, a comida servida nas cantinas dos acampamentos era cara e de má qualidade.

⁴⁷ RIBEIRO, 1991, p. 43.

⁴⁸ SOUSA, 1983, p. 148-149.

Assim como os alojamentos, as cantinas dos acampamentos transformaram-se em locais de muita tensão e conflitos. O desrespeito aos trabalhadores imperava. Ficavam expostos em longas filas à espera da comida que, segundo relatos, era deplorável. Coagiam-se os trabalhadores em qualquer reação de insatisfação.

Em relação ainda às cantinas, essas tinham a obrigação de oferecer uma alimentação que repusesse as energias e realmente nutrisse os trabalhadores. Por meio de muitos relatos, constata-se que a comida era mal preparada, de baixíssima qualidade e em condições bastante insalubres. Conforme relato do eletricitista Aloísio, pode-se constatar a situação inadequada das cantinas:

Acontece algumas brigas e às vezes, devido à cantina. Na obra, a cantina não presta [...] comida de cantina (a gente) come pra não morrer de fome. É assim porque a gente vê barata, mosca, aranha. [...] Cantina é a maior porqueira, oh, se tivesse uma fiscalização pra fiscalizar comida de cantina, acho que não ficava uma aqui em Brasília. Nem cachorro come, se botar pra um cachorro talvez ele nem quer, nem quer mesmo.⁴⁹

De um modo geral, nas cantinas, os operários se encontravam, mesmo por um período curto, reviam os colegas, amigos, havia um grande número de trabalhadores juntos, o que preocupava a administração dos acampamentos no caso de surgir alguma manifestação.

A cantina da obra torna-se um ponto convergente de inúmeras insatisfações e brigas. Os seguranças do acampamento estavam sempre presentes e agiam com rigor contra os trabalhadores. No entanto, a precariedade da comida imposta pela empresa era tanta que focos de resistência concretizavam-se nos quebra-quebras, ali mesmo, nas cantinas.

Os trabalhadores que migraram para o Planalto Central em busca de uma vida mais feliz jamais trabalharam antes em obras do porte da que se desenvolvera para construir Brasília. Oriundos do campo, esses homens não estavam acostumados a serviços tão pesados e extenuantes como os que desempenhavam nos canteiros de obras. Com suor e sangue, construíram Brasília sob o jugo opressor que os obrigava a cumprir até 18 horas de trabalho por dia, sem falar nos *serões* e nas *viradas*.

⁴⁹ SOUSA, 1983, p. 146-147.

Em relação aos salários, esses sempre sofriam alteração. Nunca recebiam os valores compatíveis com as reais horas trabalhadas. Os apontadores das firmas e encarregados, que eram os responsáveis por esse controle, burlavam a fiscalização e não pagavam corretamente os salários aos trabalhadores. Essa atitude das firmas também gerava indignação e descontentamento entre os trabalhadores.

Durante a construção de Brasília, ocorreram inúmeras mortes por acidente, provocadas não só pela falta de materiais de segurança, mas também pela excessiva carga de trabalho a que estavam submetidos os trabalhadores. “A estratégia usada pelas empresas para impedir o pânico e a desistência: eliminar os corpos dos mortos, símbolo da exploração obsessiva e do desvario da proposta de inauguração em prazo tão curto”.⁵⁰

Diante de toda essa situação de extrema espoliação, no dia 8 de fevereiro de 1959, um trágico acontecimento ficou profundamente registrado na memória e nos corpos dos trabalhadores de Brasília: o massacre dos operários da Construtora Pacheco Fernandes Dantas que, à época, estava localizada próximo à Vila Planalto, região no centro de Brasília.

Os trabalhadores que se encontravam no acampamento da Construtora Pacheco Fernandes Dantas, às vésperas do Carnaval, cansados dos maus tratos e com os salários atrasados, resolveram protestar. De acordo com depoimentos de operários, o protesto que culminou no massacre iniciou-se na cantina da construtora e terminou com a ação cruel da Guarda Especial de Brasília (GEB) reprimindo com revólveres e metralhadoras os manifestantes que dormiam nos alojamentos. Nesse massacre, que a versão oficial chamou de incidente, “cerca de 500 homens foram metralhados e enterrados em local nunca identificado”.⁵¹ Na época, a versão oficial sobre o *incidente* admitiu somente “a morte do operário Evaristo Soares Brandão. Os operários Antônio de Souza, Antônio Ubaldino Moraes, Francisco Clemente dos Santos foram baleados, mas sobreviveram”.⁵²

⁵⁰ SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. Uma elegia aos candangos: a outra face da história. In: CARVALHO, Vladimir. *Conterrâneos velhos de guerra*. Brasília: Secretaria de Cultura e Esporte, 1997. p. 117.

⁵¹ BRITO, João Batista. Conterrâneos Velhos de Guerra: realidade e sentido poético em Vladimir Carvalho. In: CARVALHO, Vladimir. *Conterrâneos velhos de guerra*. Brasília: Secretaria de Cultura e Esporte, 1997. p. 23.

⁵² NONATO, 2010, p.171.

A versão extraoficial dos candangos que construíram Brasília acerca dessa chacina difere profundamente da versão oficial. À época, as pessoas do povo que testemunharam e os operários da construtora Pacheco Fernandes Dantas que sobreviveram foram contundentes quanto à truculência e à violência da Guarda Especial de Brasília. No depoimento do carpinteiro, pode-se verificar a grande violência dispensada aos trabalhadores que se encontravam indefesos:

Esse dia eu passei pertinho, eu morava assim do outro lado, era no Paranoá ainda que eu morava. Tava cercando a barragem, começando. Então os povo tiveram uma confusão lá com a cantina, aí brigaram, um baiano brigou lá com um garçom, era cozinheiro. Acho que jogou um prato na cara do cara, né... Então arrumou aquela confusão. Então aí pegaram um bocado, botaram a polícia, veio parece que só dois. A turma juntou tudo, a polícia parece que correram, era pouco. Aí quando foi na base de dez pra onze hora, aí chegou o caminhão cheio que era da GEB. Aí desceram, já desceram e era no cacete, quem correu, o que corresse eles atirava. O Evaristo mesmo era vizinho da gente lá no Piauí, esse morreu. Tinha uns treis ou quatro dia que tinha fichado. Os outro ninguém viu morto, não. Só viu o vasculhante banhado de sangue e ninguém sabe onde enterraram este povo...⁵³

Durante a construção, no acampamento da Pacheco Fernandes Dantas, havia cerca de 1200 pessoas desempenhando atividades ligadas à construção civil. Um aspecto curioso ou no mínimo suspeito é que, na noite da chacina, os alojamentos dos mestres de obras e engenheiros nada sofreram com a violência dos policiais da GEB.

Outro aspecto relaciona-se à composição da GEB. Os homens que a compunham eram truculentos e alguns acusados de crimes. Para atuar nessa Guarda, o candidato deveria ser forte e alto. A função da GEB era garantir a ordem nos acampamentos e o controle da população que começava a crescer no que atualmente é a cidade-satélite do Núcleo Bandeirante.

“O massacre da Pacheco confirma o pacto existente ao nível do poder em relação à cidade em nascimento: silenciar os protestos, as revoltas, as manifestações de descontentamento”.⁵⁴ Silenciaram muitos trabalhadores para sempre. Suas famílias jamais souberam notícias, suas roupas que haviam sido lavadas pela lavadeira do acampamento nunca foram reclamadas. E como explicar as inúmeras *malas abandonadas* nos alojamentos?

⁵³ SOUSA, 1983, p. 44.

⁵⁴ SOUSA, 1997, p. 118.

Os criadores da *Brasília monumental*, como Lucio Costa e Oscar Niemeyer, quando indagados no filme-documentário *Conterrâneos Velhos de Guerra* de Vladimir Carvalho, respondem com indiferença e negam tudo sobre o ocorrido no acampamento da construtora Pacheco Fernandes Dantas. “Chacina, que chacina? Nunca vi. [...] É um problema sociológico, decorrente do afluxo do operariado”⁵⁵ (palavras de Lucio Costa). Ao ser questionado, Oscar Niemeyer responde: “Não tive conhecimento disso”.⁵⁶ “Não sei de nada. Neste regime de merda mata-se tanto operário...”⁵⁷

Na história da construção de Brasília, nos *bastidores da construção*, por muito tempo outros fatos de gravidade semelhante ocorreram e foram sempre escondidos do conhecimento público pelas autoridades da época. A preocupação maior era abafar os trágicos e nebulosos acontecimentos, pois esses não poderiam manchar a *beleza* de Brasília. Sua imagem de cidade símbolo do desenvolvimento promovido por JK deveria prevalecer no consciente coletivo de várias gerações de brasileiros e brasileiras. Para isso, JK contava com a imprensa a seu favor. A imprensa oficial não media esforços para apagar quaisquer vestígios sobre as milhares de mortes e constantes irregularidades durante e depois da construção.

Em relação ao massacre da Pacheco Fernandes Dantas, apesar do grande interesse governamental em encobrir o fato, a associação dos operários da construção consegue divulgar o que aconteceu, elaborando um memorial seguido de um abaixo-assinado e enviado às autoridades competentes. Entretanto, mesmo com o esforço dos diretores da associação e de alguns poucos jornais que se opunham ao governo JK, até hoje esse crime continua impune.

Até 1959, não existia nos canteiros de obra nenhum tipo de fiscalização, nenhum tipo de órgão ao qual os trabalhadores pudessem recorrer para denunciar os cortes de horas trabalhadas, os salários atrasados e os diversos acordos orais feitos com as firmas e nunca cumpridos nem parcialmente.

Durante todo o período da construção de Brasília, predominou a indiferença do governo e da elite diante das injustiças e atrocidades sofridas pelos trabalhadores.

⁵⁵ CARRILHO, Arnaldo. *Morte em Brasília*. In: CARVALHO, Vladimir. *Conterrâneos velhos de guerra*. Brasília: Secretaria de Cultura e Esporte, 1997. p. 38.

⁵⁶ SOUSA, 1997, p. 117.

⁵⁷ CARRILHO, 1997, p. 38.

A saga dos verdadeiros construtores de Brasília acaba com o desmoronamento de uma utopia. “Os miseráveis candangos que construíram a civitas luciocostiana nunca tiveram o direito de entrar no Plano Piloto, este sim, imaginado para não conter mais de 500-600 mil habitantes”.⁵⁸ Com sutileza, entre os 500-600 mil habitantes, os pobres não são contabilizados.

Brasília, no decorrer de sua história, de certa maneira, torna-se a mais injusta região metropolitana do país. É injusta e nasceu injusta assim como foi o reinado de Davi e Salomão que impôs pesados jugos sobre o povo israelita e povos estrangeiros, coagindo-os, explorando-os, expulsando-os da terra e obrigando-os a inúmeros trabalhos forçados.

3.3 Brasília e Jerusalém: uma comparação

Situação análoga à da construção do templo é a da construção de Brasília. Semelhantemente a Salomão, Juscelino Kubitschek e seus aliados maquinaram e buscaram diferentes motivos para a transferência da capital.

No caso de Salomão, não houve, como no caso de Juscelino, uma mudança de capital. A cidade havia sido conquistada por seu pai Davi que, ao invés de cumprir a lei do anátema (Lv 27.28-29) fez acordo com as lideranças militares e religiosas locais para aplicar sua política de dominação. Segundo Herbert Donner, “o dualismo entre o Norte e o Sul tornava problemática a continuidade da permanência de Davi em Hebrom”.⁵⁹

Para solucionar esses problemas políticos e, digamos, agradar tanto ao Norte quanto ao Sul, Davi, num golpe estratégico, conquista a cidade de Jerusalém, conforme se pode ler em (2Sm 5.6-12), que à época não pertencia nem a Israel nem a Judá. Seus habitantes eram os jebuseus. Dessa forma, Davi mais uma vez conta pontos a seu favor, pois a localização geográfica de Jerusalém é bastante privilegiada. Conforme comenta Jorge Pixley:

1) Sua localização geográfica entre as duas divisões de Israel, separando Judá ao sul e as demais tribos ao norte. 2) Sua localização estratégica para a defesa, pois estava sobre uma colina cujo único acesso fácil era feito pelo norte. Além disso, estava cercada por muralhas. 3) Davi a conquistou com o

⁵⁸ CARRILHO, 1997, p. 36.

⁵⁹ DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. 4. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2006. v. 1. p. 228.

seu próprio exército, fazendo-a a cidade de Davi. Isto quer dizer que não havia anciãos a quem Davi deveria consultar; Davi foi o senhor absoluto de Jerusalém.⁴) Os habitantes de Jerusalém, com a sua longa experiência monárquica, tornaram-se uma fonte de oficiais de governo para o novo rei de Israel, uma nação sem experiência de administração pública.⁶⁰

Quando usurpa o poder, portanto, Salomão precisa apenas solidificar o que seu pai havia conquistado em relação à capital. Em não sendo necessária uma mudança geográfica como aconteceu – no caso brasileiro – o fundamental era uma confirmação da centralidade única de Jerusalém.

A construção do templo ajudou sobremaneira nesse sentido. Assim que conclui a obra, Salomão perspicazmente mais uma vez emprega a corveia para fortalecer as defesas de Jerusalém, assim como para ostentar o luxo de suas esposas, construindo para elas palácios.

Salomão, a partir do grande motivo gerador de sua política opressora que foi o templo, estende o uso da corveia para todos os seus projetos arquitetônicos, inclusive para fortalecer ainda o seu arsenal militar. Mandou fortificar as cidades armazéns e guarnições e, conforme se lê em (1Rs 9.15-24), mandou construir os estábulos para seus cavalos de guerra utilizando mais uma vez o tributo da corveia.⁶¹

Juscelino, por sua vez, empreendeu uma mudança geográfica. Tal mudança contou com o indiscutível apoio da máquina congressista e grande parcela da imprensa que reforçavam os argumentos favoráveis à transferência e à construção da capital federal no interior do Brasil.

É importante verificar que, no tocante à ideologia, em especial a ideologia religiosa que legitima a construção do templo serve para acalmar as revoltas. Note-se que Davi queria construir um templo a Javé, o Deus de Israel. Mas, orientado pelo profeta Nata, não o fez, conforme está escrito em (2Sm 7.7). Salomão, ao suceder Davi, inicia seus projetos arquitetônicos exatamente com a construção do templo. Para não escandalizar o povo de Israel quanto a essa iniciativa, usa-se a religião ideológica que serve para justificar as atrocidades de Salomão. Em (2Sm 7.11-14), percebe-se claramente que a religião ideológica além de manipular serve para acalmar as possíveis revoltas. Tal como comenta Jorge Pixley, “foi no tempo de

⁶⁰ PIXLEY, 1999, p. 27.

⁶¹ PIXLEY, 1999, p. 33.

Salomão, certamente, que se acrescentaram as palavras de (2 Sm 7,13), modificando a proibição limitando-a unicamente ao rei Davi e não aos seus sucessores”.⁶²

Tanto a ideologia que legitimou a construção do templo, como a ideologia nacional-desenvolvimentista que legitimou a construção da capital federal mascararam, ocultaram as divisões sociais e políticas, dando-lhes a aparência de indivisão social e de diferenças naturais entre os seres humanos. “Do ponto de vista político, a instalação de Brasília sediaria o Governo Federal no coração da nacionalidade, permitindo aos homens de Estado uma visão mais ampla do Brasil como um todo e assim a solução dos problemas nacionais”.⁶³

Outro aspecto interessante é a comparação entre os desejos de Juscelino e os de Salomão em copiar a forma de governar dos grandes reis do Oriente (exterior). No caso de Salomão, uma leitura de (1Rs 4.7-19) nos permite verificar o quanto o monarca inovou organizando administrativamente seu governo nos moldes da burocracia egípcia. Dividiu o território em doze distritos, cada qual com um prefeito responsável pela rigorosa arrecadação dos impostos.⁶⁴ Tal inspiração também se estendeu à construção do templo. Conforme John Bright, “o templo foi construído por um arquiteto da cidade de Tiro (1 Rs 7,13ss) que se baseou num modelo então em voga na Palestina e na Síria”.⁶⁵

O modelo estrangeiro de construção e ostentação influenciou as diversas obras de Salomão, bem como o palácio real, que segundo (1Rs 7.1-12) levou treze anos para ser construído; a Casa da Floresta do Líbano, um verdadeiro tesouro conforme se pode ler em (1Rs 10.21); segundo relatos de (1Rs 10.18-28), havia ainda o salão de julgamento no qual o monarca tinha um grande trono de marfim revestido de ouro puro. Sem sombra de dúvidas, uma grande riqueza e luxo extraídos dos cofres públicos, ou seja, do trabalho do povo, convertidos em suntuosas edificações.

Ao se estabelecer uma comparação entre os textos de (1Rs 1.26-29 e Dt 17.14-20), nota-se que a riqueza de Salomão era enorme. Salomão acumulou um enorme número de carros e cavaleiros. O verso 26 fala de mil e quatrocentos carros

⁶² PIXLEY, 1999, p. 29.

⁶³ VASCONCELOS, 1988, p. 213.

⁶⁴ GASS, 2005, p. 49.

⁶⁵ BRIGHT, 2003, p. 268.

e mil e duzentos cavaleiros distribuídos em pontos estratégicos, entre eles a cidade de Jerusalém, para proteger o rei e sua corte de qualquer ataque. O verso 27 narra que Salomão multiplicou a prata e a sua presença era tão comum como as pedras, os cedros que o monarca importara em abundância de Tiro.

A riqueza de Salomão era tanta que o final do verso 27 refere-se a ela como tão numerosa como os sicômoros, as grandes árvores ornamentais. Outra fonte de renda dá-se pela importação e exportação de cavalos de Musur e da Cilícia. O verso 29 fala de valores como seiscentos siclos de prata por um carro e um cavalo por cento e cinquenta siclos. Seus mercadores revendiam os cavalos e carros de guerra para os reis dos heteus e os reis de Aram.

Em (Dt 17.14-20), orienta-se que a relação entre rei e povo deveria dar-se de forma bem distinta da que se estabeleceu com Salomão. Em caso de um rei para liderar o povo, este deveria ter sido escolhido por lahweh e deveria ser um dos irmãos, com laços de respeito, fraternidade e pertencer ao clã, conforme se verifica nos versos 14 e 15.

Uma importante recomendação é dada a partir dos versos 16 até o final, verso 20. O rei, não multiplicará, ou seja, não acumulará cavalos para si, nem conduzirá seu povo de volta ao Egito. Mas Salomão, com sua crueldade, impõe uma enorme opressão, pobreza e sofrimento ao povo, o que remonta ao jugo opressor egípcio. O multiplicar refere-se também a não acumular nenhum tipo de riquezas, bens, nem ouro, nem prata enquanto o povo padece.

Com destaque ainda, os versos 18 e seguintes dizem que, quando o rei subir ao trono, deverá escrever em um livro uma cópia da Lei (de lahweh), a que foi ditada pelos sacerdotes e levitas. A Lei a favor da vida, da justiça deve ser lida. Porém, além de lida, deve-se aplicá-la todos os dias em favor do povo. No reinado de Salomão a lei aplicada foi a que gerou miséria, opressão e morte. Não foi uma lei a favor da vida, como recomenda a Lei de lahweh.

Assim como o templo no reinado de Salomão constituiu-se na obra mais importante, a construção de Brasília, a capital federal, tornou-se a mais importante obra do governo JK, funcionando como pano de fundo para sua projeção política. Juscelino Kubitschek, ao comprometer-se com a construção de Brasília, ganha reconhecimento nacional e internacional, além de consolidar no imaginário do povo

brasileiro que ele foi o grande e único responsável por sua construção. A suntuosidade de Brasília fez convergir para JK todas as atenções, como todos os elogios também dispensados a Salomão, de cuja fama ouvia-se falar em muitos lugares, conforme relata (1Rs 10.4-8).

Ainda no tocante à imitação de modelos estrangeiros, Juscelino também busca inspiração no exterior para construir Brasília. Fato curioso ocorre quando Juscelino, recém-formado em medicina, sai em viagem à Europa e estende-a ao continente Africano para conhecer mais sobre a cultura egípcia e peculiaridades. No Egito, por exemplo, ficou impressionado com as construções, ou melhor, ruínas de construções egípcias. Fascinou-se pela história de *Akhenaton*, o faraó herege, que reinou de 1375 a 1358 antes da Era Cristã. Com apenas 19 anos de idade, *Akhenaton* planejou a mudança da capital do Egito, transferindo-a de Tebas para *Ekhenaton*, a cidade do horizonte de Aton.⁶⁶ Segundo descreve Alexandre Ferreira Nonato, “a visão aérea da cidade egípcia mais parecia um pássaro em voo. Ekhenaton estava localizada no centro geográfico do antigo Egito e era dividida em setores. Foi construída em quatro anos”.⁶⁷

Interessante destacar que, para também construir a cidade egípcia em apenas quatro anos, foi necessária uma revolução no modo de trabalho (mão de obra contínua) e nos recursos tecnológicos para alcançar o resultado em tão pouco tempo. Tal fato nos remete ao prazo exíguo para a construção de Brasília: em menos de quatro anos, bem como, a grande quantidade de trabalhadores à frente das construções. “As semelhanças entre Ekhenaton e Brasília são inegáveis, incluindo a Arquitetura (locais em formatos similares a pirâmides egípcias) e o planejamento urbano, entre outros”.⁶⁸ Ainda, de acordo com o primeiro volume da autobiografia de JK:

Hoje, tanto tempo decorrido, pergunto-me, às vezes, se essa admiração por Akhenaton, surgida na mocidade, não constituiu a chama, distante e de certo modo romântica, que acendeu e alimentou meu ideal, realizado na maturidade de construir, no Planalto Central – a nova capital do Brasil.⁶⁹

⁶⁶ NONATO, 2010, p. 51.

⁶⁷ NONATO, 2010, p. 51.

⁶⁸ NONATO, 2010, p. 51.

⁶⁹ KUBITSCHKEK, Juscelino. *A experiência da humildade*. Rio de Janeiro: Bloch, 1974. p. 111.

No governo de Salomão, a construção do templo e as inúmeras outras obras representavam os interesses da corte de Jerusalém, da elite que desejava manter-se no poder. Ao se construir Brasília, não foi diferente. Mudar a capital, construir Brasília era um grande interesse da classe dominante para novamente manter-se no poder, manter-se no controle. A mudança era estratégica e grupos aliados ao governo ganharam muito com isso. Por trás da política de construção de JK havia vários interesses que não iam ao encontro dos anseios da população menos favorecida. Esta ficou com a pior parte: carregou os pesados fardos da construção sem direito a menor dignidade.

Observa-se que Brasília foi construída em um espaço grandioso e homogêneo, com um conjunto de edifícios públicos monumentais – museus, teatros, sede da política constitucional – e, como não podiam faltar, apartamentos nas áreas nobres da cidade com características de palácios para abrigar exclusivamente a elite. O que ainda chama a atenção é a ausência gritante de um lugar para abrigar os operários que construíram a nova capital federal. Esses, os verdadeiros construtores, antes mesmo da inauguração foram cruelmente removidos, exilados nas periferias para bem distante dos belos monumentos que tanto se esforçaram para construir.

Como os operários à época da construção do templo, os de Brasília também tiveram que se submeter ao jugo da política nacional-desenvolvimentista que lhes impôs longas jornadas de trabalho, além de péssimas condições de vida. Conforme acrescenta o pedreiro Juraci acerca das más condições da vida operária na construção: “[...] ontem mesmo, eu tava conversando com uns colega no pátio: os operário em Brasília sofre demais, a situação lá no acampamento precisava ser outra”.⁷⁰

Juscelino Kubitschek governou o país com uma concepção empresarial e desenvolvimentista, sem considerar os custos. Dessa forma, buscou intenso financiamento no exterior, contraindo assim, muitas dívidas. Em troca da injeção de capital internacional, concedeu largos subsídios, como terrenos, isenção de

⁷⁰ SOUSA, 1983, p. 102.

impostos e empréstimos. “O que fez com tanta largueza, que muita indústria custou a seus donos menos de 20% de investimento real do seu capital”.⁷¹

Essa forma de governar, endividando-se e comprometendo seriamente as condições de vida dos mais pobres, muito nos lembra a política de Salomão que, assim como Juscelino, contraiu empréstimos, realizou várias trocas e concedeu diversos territórios gerando opressão para o povo conforme nos informa (1Rs 9.10-14.)

De 1956 a 1959, período que corresponde aos quatro primeiros anos do governo JK, o Brasil apresentou um ritmo de expansão industrial de destaque no mundo ocidental. Entretanto, havia problemas, e muitos. Os maiores se concentravam nas áreas relativas ao comércio exterior e das finanças do governo.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, elaborou o texto para discussão número 638 sob o título de *A Dívida da União com a Previdência Social: uma perspectiva histórica*, com o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA. Desta forma,

o texto para discussão número 638 “procura apresentar não só a evolução do débito da União ao longo do tempo, mas igualmente uma tentativa de mensurar o tamanho real dessa dívida e sua contribuição efetiva para o desequilíbrio financeiro do sistema. Aborda, ainda, os desvios de recursos da previdência para outros usos [Brasília, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) etc.], tentando mensurar a relevância dos mesmos dentro do contexto atual dos desequilíbrios da previdência.”⁷²

A oposição, sempre aguerrida, acusava Brasília de ser a responsável pelo aumento da inflação e não deu descanso a JK. Porém, no decorrer dos cinco anos de governo, reconheceu o extraordinário impulso desenvolvimentista, mas alegava que tudo havia sido feito à custa de emissões de papel moeda, gerando, assim, a alta da inflação.

Não eram para menos as críticas em relação ao governo JK, pois os gastos governamentais para sustentar o programa de industrialização e a construção da tã

⁷¹ MENDONÇA, 2007, p. 51.

⁷² OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de; BELTRÃO, Kaizô lawakami; DAVID, Antonio Carlos de Albuquerque. Texto para discussão n. 638 – *A dívida da União com a Previdência Social: uma perspectiva histórica*. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0638.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2011.

sonhada capital foram enormes. Tal como comenta Nair Heloísa Bicalho de Sousa, “a elevação dos preços internos devido ao corte dos subsídios à importação refletiu no aumento do preço de bens e serviços indispensáveis à população, como o pão e o transporte coletivo”.⁷³

E essa alta da inflação incidia diretamente nas condições de vida dos operários que trabalharam na construção. Esses mais uma vez sentiram na pele, no bolso o peso do luxo de se construir uma cidade que mais adiante lhes viraria as costas. Muitos trabalhadores, com o passar dos anos, já tinham constituído famílias. Recebendo baixíssimos salários, sem mencionar os roubos por parte das firmas, não conseguem sustentar suas famílias e manter-se com dignidade. Nesse contexto, os trabalhadores cada vez mais tinham que se sujeitar ao ritmo intenso das jornadas de trabalho de aproximadamente dezoito horas, sendo um turno das 6 às 24 horas e outro das 24 às 18 horas.

Outra forma de cumprimento de horas que espoliava os trabalhadores eram as viradas, às quais eram obrigados, forçados a fazer para o cumprimento em tempo hábil dos prazos. Uma forma de exploração violenta, cruel que não permitia aos trabalhadores o direito ao descanso de forma alguma, pois, como o próprio nome diz, virada correspondia a trabalhar de dia, o dia todo e também à noite até o amanhecer do outro dia, por cerca de três vezes por semana. Nas palavras do servente Jacinto, fazer viradas não compensava de maneira alguma. Tinham que fazê-las por que eram obrigados, até ameaças de demissão sofriam.

Ah, a virada lá não dava não. A gente só fazia porque eles obrigavam. Pagava 13 horas por virada. E eles falavam que era das 6:30 às 12, era hora extra e de 12 às 6 da manhã era normal. Então, a gente achava que nem era pra fazer, só a fazia mesmo porque eles obrigavam para o serviço, mas que num dava pra gente trabalhar. Fazia 3 viradas por semana, trabalhava ainda o dia, quem agüentava, e recebia... 480 cruzeiros, o máximo era 510 cruzeiros, pra quem trabalhava fazendo 3 virada por semana, trabalhando o dia e ainda domingo. Ainda tinha isso ainda, domingo, que a gente trabalhava. Começava 7h da manhã e largava 12 em ponto, pra ganhar as 8h.⁷⁴

Mais uma vez, a epopeia da construção de Brasília reporta-nos à situação de dura servidão e opressão à qual também foi submetido o povo no reinado de Salomão. Este tinha sua produção agrícola e todos os seus bens retirados para

⁷³ SOUSA, 1983, p. 40.

⁷⁴ SOUSA, 1983, p. 141.

abastecer a corte de Jerusalém e para servir como moeda de troca com os reis vizinhos, enquanto os trabalhadores da construção de Brasília não recebiam dignamente nem para sustentar suas famílias.

Ao longo da história, a partir dos relatos acerca da construção de Brasília e das construções salomônicas, nota-se que muito esforço foi realizado para abafar, esconder o lado obscuro das práticas de Juscelino Kubitschek e de Salomão. No entanto, também no caso de Brasília, como forma de resistência, a versão extraoficial ganha contornos definidos.

A partir da memória de muitos candangos, que tiveram a coragem de denunciar, de mostrar o que realmente aconteceu, e em que condições ocorreu toda a epopeia da construção, podemos ter acesso a uma grande parte da história da construção da Capital Federal que nos foi subtraída.

CONCLUSÃO

Como percebemos, a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek tem muitas semelhanças com a política da monarquia davídica. Tanto Juscelino quanto Salomão entraram para os compêndios da História oficial como figuras célebres, grandes personalidades dotadas de um espírito empreendedor. Porém, a ideologia propagada por Juscelino e Salomão mascarou e silenciou todo um sistema de opressão, miséria e segregação social.

À frente da construção de Brasília, assim como à frente das obras de Salomão, milhares de trabalhadores foram submetidos a intensas jornadas de trabalho forçado, além das péssimas condições de vida.

A leitura bíblica, a partir de minha realidade, investigando o contexto da monarquia davídica colaborou para perceber o quanto esses dois governantes espoliaram os trabalhadores para se projetarem nacional e internacionalmente.

Assim como Salomão controlou o culto e o acesso ao templo, não permitindo diretamente o diálogo de Javé com o Povo de Israel, Juscelino Kubitschek não só controlou o acesso ao templo (Brasília) como também baniu e expulsou os trabalhadores pobres que tanto esforço fizeram para construir a tão sonhada Capital da Esperança.

REFERÊNCIAS

- A BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Unb, 2001.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BRITO, João Batista. *Conterrâneos Velhos de Guerra: realidade e sentido poético em Vladimir Carvalho*. In: CARVALHO, Vladimir. *Conterrâneos velhos de guerra*. Brasília: Secretaria de Cultura e Esporte, 1997. p. 23-26.
- BRECHT, Bertolt. *Perguntas de um trabalhador que lê*. Disponível em: <<http://literaturaemcontagotas.wordpress.com/2010/03/06/perguntas-de-um-trabalhador-que-le/>>. Acesso em: 15 maio 2011.
- BRIGHT, John. *História de Israel*. São Paulo: Paulus, 2003.
- CARRILHO, Arnaldo. *Morte em Brasília*. In: CARVALHO, Vladimir. *Conterrâneos velhos de guerra*. Brasília: Secretaria de Cultura e Esporte, 1997. p. 34-40.
- CARVALHO, Vladimir. *Conterrâneos velhos de guerra*. Brasília: Secretaria de Cultura e Esporte, 1997.
- COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- DREHER, Carlos Arthur. *O trabalhador e o trabalho sob o reino de Salomão*. *Estudos Bíblicos*, Petrópolis, n. 11, p. 48-68.
- _____. *Salomão e os trabalhadores*. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*, Petrópolis, v. 5-6, n. 1-2, 1990, p. 14-24.
- DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. 4. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2006. v. 1.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2009.
- GASS, Ildo Bohn. *Formação do império de Davi e Salomão*. São Leopoldo: CEBI; São Paulo: Paulus, 2003.
- GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. *Brasília: a capital da segregação e do controle social*. São Paulo: Annablume, 1995.
- GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. São Paulo: Teológica, 2005.
- HOLANDA, Frederico de. *O espaço de exceção*. Brasília: UnB, 2002.

- KUBITSCHEK, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- _____. *A experiência da humildade*. Rio de Janeiro: Bloch, 1974.
- MENDONÇA, Nadir Domingues. *21 de abril de 1960: nasce Brasília, a nova capital do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Lazuli, 2007.
- NONATO, Alexandre Ferreira. *JK e os Bastidores da construção de Brasília: sob a ótica da conscienciologia*. Foz do Iguaçu: Associação Internacional Editares, 2010.
- OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de; BELTRÃO, Kaizô lawakami; DAVID, Antonio Carlos de Albuquerque. Texto para discussão n. 638: *A dívida da União com a Previdência Social: uma perspectiva histórica*. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0638.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2011.
- PAVIANI, Aldo (Org.). *Brasília: gestão urbana: conflitos e cidadania*. Brasília: UnB, 1999.
- PILAGALLO, Oscar. *A história do Brasil no século 20*. São Paulo: Publifolha, 2003.
- PIXLEY, Jorge. *A história de Israel a partir dos pobres*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Acampamento de grande projeto: uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília: UnB, 1991. p. 25-54.
- SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. *Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- _____. Uma elegia aos candangos: a outra face da história. In: CARVALHO, Vladimir. *Conterrâneos velhos de guerra*. Brasília: Secretaria de Cultura e Esporte, 1997. p. 117-119.
- TAMANINI, Lourenço Fernando. *Brasília: memória da construção*. Brasília: Livraria Suspensa, 2003.
- VASCONCELOS, Adirson. *A epopéia da Construção de Brasília*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.